

320.08
V527
11P
EX2

ARNON DE MELLO
SENADOR DA REPÚBLICA

O INTELLECTUAL E
O HOMEM PÚBLICO

BRASÍLIA - DF

DISCURSOS DO SENADOR ARNON DE MELLO

PUBLICADOS:

Energia Nuclear
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Pesquisa
Emigração de Cientistas
Cientistas-meninos
Ciência e Democracia
Brasil: Passado e Presente
Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento
A Transamazônica e o Desenvolvimento do Nordeste
América Latina: Educação e Progresso
Problemas de Educação
Resposta ao Senador Edward Kennedy
Alagoas, Petróleo e Petrobrás
Pelé no Senado
Pensamento e Ação (três discursos)
Três Alagoanos (três discursos)
Chefes de Estado
Vereadores
Governo e Oposição
Missão de Governo
Açúcar: Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional (quatro discursos)
Nova Política do Açúcar (três discursos)
Açúcar Ontem e Hoje (dois discursos)
Disparidade entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul (três discursos)
Problemas do Nordeste (quatro discursos)
Desigualdades Regionais e Legislação Tributária
Participação do Poder Legislativo na Evolução do Brasil
Problema de Alimentação e Nutrição (três discursos)
Distribuição de Renda e Desenvolvimento (três discursos)
Ciência, Tecnologia, Minérios, Energia Nuclear (três discursos)
Vinte Anos de Petrobrás
Portugal e as Colônias da África (três discursos)
O Intelectual e o Homem Público (cinco discursos)
Uma Experiência de Governo (sete discursos)

ARNON DE MELLO
SENADOR DA REPÚBLICA

O INTELLECTUAL E O HOMEM PÚBLICO

BRASÍLIA - DF

**PRIMEIRO LIVRO DE MEMÓRIAS
DE JUAREZ TÁVORA**

Sr. Presidente: (*)

Antes de tudo, meus agradecimentos ao nobre Líder do MDB, Senador Nelson Carneiro, pela gentileza com que me distinguiu, desistindo de sua inscrição para falar na tarde de hoje a fim de que eu pudesse ocupar mais cedo esta Tribuna.

Srs. Senadores: Quase 33 anos já se haviam passado da queda do II Império, e a República, acusada pelos que a proclamaram de não ser a dos seus sonhos, também não respondia às esperanças do povo brasileiro. Com a autoridade de sua experiência de Deputado e Senador por Sergipe, Gilberto Amado descreve em meditações luminosas a realidade então vivida, de cores verdadeiramente decepcionantes, e tem palavras sobremodo ácidas para condená-la.

O Brasil é perturbado na sua marcha, desestimulado a vencer a estagnação, que o porquemeufanismo exaltador das nossas belezas naturais adoça e oculta, e contra isso nascem e crescem correntes subterrâneas de revolta.

No verdor dos seus vinte e poucos anos cheios de idealismo, os moços militares se sentem impelidos à luta contra o **statu quo**. Entre eles, Juarez Távora, rebento de humilde família de 15 filhos do sertão cearense, nascido ao findar do século, em 1898, há, portanto, pouco mais de oitenta anos da existência da República. Deixa a pequena fazenda Embargo, de 900 hectares, localizada em Jaguaribe-mirim, no Ceará, onde passou sua infância, e ingressa, aos 17 anos, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas, pobre, sem recursos para custear os estudos, aos 18 anos senta praça no Exército, e aos 22 sai finalmente da Escola Militar do Realengo como aspirante a Oficial de Engenharia.

(*) Discurso pronunciado na sessão de 31 de maio de 1973 do Senado Federal, em Brasília.

a lucidez e a tenacidade na perseguição dos objetivos. Menino ainda, como que foi ungido de um irrefragável sentimento de missão, e nada o detém no caminho que toma.

APELO

O livro “À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924”, — por ele escrito aos 28 anos de idade, na prisão da Ilha das Cobras, “durante as horas ásperas do degredo, sob a impressão pungente da mesquinhez e da perversidade dos nossos donatários políticos”, porém esquecido de que “era proscrito e de que falava de proscritores” —, é mais do que um simples depoimento: é um roteiro em que Juarez aponta à mocidade brasileira, norteado por “uma ânsia ardente de verdade”, os objetivos permanentes da Nação. Seu apelo é caloroso e dramático:

“Não venho mendigar-te piedade pelo desfortúnio dos que purgam na cadeia o crime do seu muito amor pela liberdade.”

“Esquece o sofrimento individual dos revoltados contra a onda de desvarios e injustiças que a todos nos afoga — mas, salva, ó mocidade, por amor de Deus e do teu futuro, as tradições de dignidade, de altivez e de liberdade, que sempre honraram a nossa Pátria.”

“Ó mocidade! — ajuda, com todos os recursos de tua força e de tua inteligência, aos que batalham pelo Brasil dignificado! Honra a memória dos que te legaram um berço livre e respeitado, cultuando a justiça e defendendo a liberdade.”

Depois de referir a realidade da época, a prática republicana deformada pelos abusos dos poderosos, defende Juarez, em seu livro “À Guisa de Depoimento”, que “a revolta contra o Poder exorbitante” é “o último dos direitos a que deve recorrer um povo livre para salvaguardar os interesses coletivos, mas é também o mais imperioso dos deveres impostos aos verdadeiros cidadãos”.

Surge, assim, o militar, e com ele, ao amanhecer da vida, o revolucionário insatisfeito e revoltado contra o regime vigente. Também não era de seus sonhos a República proclamada na década anterior à de seu nascimento.

REVOLUCIONÁRIO

Antes de completar 25 anos, a sensibilidade e o espírito público de Juarez o levam a rebelar-se contra o Governo, participando do primeiro 5 de julho, de 1922, quando Instrutor-de-Engenharia e naquela mesma data oficial-de-dia dos 700 alunos da Escola Militar do Realengo, entre os quais se encontrava o hoje Marechal e nosso eminente Colega, Senador Paulo Torres, que, então excluído da Escola, a ela volta com a anistia de 1930. Trata-se de uma “desafronta ao Exército”, sem qualquer “intenção de transformação política” e à qual Juarez não se sente em condições de ficar indiferente.

No mesmo estado de espírito, participa em 1924 do segundo 5 de julho, que defende o ideal político de “mais justiça e mais liberdade”.

Em 1930, prepara, deflagra e chefia a Revolução no Nordeste e no Norte, e sempre presente se encontra nos movimentos que se verificarão daí em diante, em 1932, 1945, 1954 e 1955.

Nesse último ano, é candidato à Presidência da República, tendo ao seu lado, na mesma chapa, Milton Campos como Vice-Presidente, dois grandes brasileiros, um militar e um civil, compondo magnífica solução para o difícil problema sucessório dos vitoriosos. Retirando-se, em 1956, do Exército, onde permaneceu por 40 anos, não se afasta, contudo, Juarez Távora, da vida pública, antes nela mais se integra. Ingressa a seguir no Partido Democrata Cristão, pelo qual se elege, na Guanabara, Deputado Federal e do qual se torna Secretário-Geral, posto em que tive, em 1963, a honra de sucedê-lo.

A vocação política vinha-lhe de longe, servida pelo idealismo, a que se juntam, com a sua imbatível capacidade de luta,

AUTORIDADE E LIBERDADE

E em abono de sua tese, cita estas palavras “de um apóstolo errante da liberdade”:

“A obediência não é um dever: é a base de um contrato feito entre o indivíduo e a autoridade que ele ajuda a constituir e à qual delega suas atribuições. A ruptura desse contrato pela autoridade liberta o indivíduo de qualquer obrigação. O Governo, ao sair da lei, obriga de fato o povo a sair da obediência; quando a autoridade entra na tirania, o povo deve entrar imediatamente em rebelião.”

“Quando a liberdade está em perigo, a rebelião não é um direito, é um dever, é o mais imperioso dos deveres: é a suprema lei.”

“A tirania não é um crime; são todos os crimes; e diante dela não há senão um verdadeiro crime: o de sofrê-la.”

“Foi meditando na verdade indestrutível dessas palavras” — ressalta, depois de citá-las, Juarez Távora — “que parte da Força Armada Nacional se decidiu a opor, pela violência, um dique à insânia de uma ordem de idéias políticas que, preterindo o bem da coletividade, legalizava, escandalosamente, todos os apetites e caprichos de uma facção privilegiada e irresponsável de governantes e de apaniguados.”

APARTE

O Sr. Ruy Santos — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com todo o prazer, nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — Tenho presente a figura admirável de Juarez Távora praticamente desde a minha adolescência. É que a Coluna Prestes, que ele integrou, passou a poucos quilômetros da minha cidade, às margens do São Francisco, naquela caminhada admirável em favor da renovação dos costumes brasileiros.

Mas há outro episódio a que a vida de Juarez Távora está ligada, quanto ao São Francisco: depois que fugiu da prisão, em busca do Nordeste, de onde chefiaria o movimento, Juarez descia o São Francisco num dos nossos “gaiolas” como caixeiro-viajante. Não saiu do camarote, ou do beliche — como se diz lá na minha região — e um viajante, passando defronte do seu camarote, viu aquele homem ali deitado que alegava — não sei se é verdade —, para não sair nem se expor, ter uma ferida ou pancada na perna. O viajante identificou Juarez Távora, foi ao Comandante do navio, João de Deus, conhecido na região como Comandante Pombinho, e disse: “você vai levando aí um homem que o Governo está procurando: é Juarez Távora.”

O Comandante deixou passar alguns momentos, e foi ao camarote onde se encontrava Juarez Távora. Disse-lhe que ele já estava identificado e prometeu-lhe que não o entregaria. Pouco antes de chegar a Juazeiro, ponto final da viagem, o Comandante fez com que o navio lá não fosse, mas pernoitasse alguns quilômetros antes da cidade baiana. Desembarcou Juarez Távora, levou-o, de noite, para Juazeiro e depois para Petrolina. E assim conseguiu Juarez viajar para o Nordeste, de onde chefiou a Revolução de 1930. Esse Tenente, hoje de cabelos brancos, é o mesmo Tenente da grande ação em favor da renovação dos costumes do Brasil. E o Tenente que percorreu esta Nação, na propaganda das suas idéias, de armas na mão, agora vai percorrer o Brasil com as armas da idéia, no livro admirável de memórias que vem de publicar.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Ruy Santos, pelo seu excelente aparte, que complementa e ilustra o meu pronunciamento.

MARITAIN E JUAREZ

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre colega.

O Sr. José Lindoso — V. Ex^a, na base do livro de memórias do Marechal Juarez Távora, faz a evocação da figura legendária

do soldado e do idealista. Coincide essa evocação que V. Ex^a está fazendo, exatamente, com o dia em que o Senado deliberou prestar uma homenagem a Jacques Maritain como pregoeiro da democracia cristã, na busca de novos caminhos, na formulação de novos princípios. É que Juarez, depois da sua caminhada gloriosa e épica, na Coluna Prestes, depois das rebeldias pela liberdade, encontrou nessa democracia cristã um porto, um caminho, um roteiro, um itinerário para dar soluções ao Brasil. E o que é admirável, nesse homem, que a minha geração conheceu assim, na figura já legendária do soldado glorioso, do rebelde pela liberdade, o que é glorioso é que seus cabelos brancos não significam o entardecer do espírito, porque nas suas entrevistas, no seu livro, na sua palavra, continua ensinando, continua propugnando, realmente, pelo engrandecimento do nosso País, dando o exemplo da sua grandeza física e a autoridade da sua palavra. Rende o Senado, pela palavra de V. Ex^a, uma homenagem na evocação deste livro; e rendemos nós, de uma outra geração, a nossa admiração pela lição que Juarez representa para todos nós.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador José Lindoso, pelo seu aparte, que confirma a opinião não só do Senado mas de toda a Nação brasileira, a respeito do Marechal Juarez Távora.

MINAS GERAIS

O Sr. Gustavo Capanema — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer, eminente Senador Gustavo Capanema

O Sr. Gustavo Capanema — Eu me lembro, nesta altura do seu discurso, de que o velho Olegário Maciel tinha assumido o governo de Minas Gerais no dia 7 de setembro de 1930. Com ele, e como seu secretário particular, entrei, ainda jovem e solteiro, no Palácio da Liberdade, onde passei a residir. Alguns dias depois, veio, do Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor — e é com emoção que falo a V. Ex^a deste nome. Veio ele a Belo Hori-

zonte para retomar, com o Presidente de Minas, as velhas conversações do tempo de Antônio Carlos. Lindolfo Collor queria apurar se estavam de pé os compromissos de Minas Gerais quanto à revolução, que, sem a oficial participação mineira, seria impraticável. Lindolfo Collor falou demoradamente, diante do silêncio imperturbável de Olegário Maciel, e já inquieto, sentindo-se à beira da decepção, indaga do velho, com discreção e cautela, se alguma coisa faltava nas palavras que estava dizendo. Olegário Maciel afinal falou com esta simples frase: “Falta marcar o dia e a hora”. Lindolfo Collor saiu com a tranqüilidade de quem já tinha nas mãos o sinal da vitória. Deixou conosco o dicionarizinho que seria o código para os futuros entendimentos telegráficos. Na véspera, ou na antevéspera da Revolução estourar, chegou a Minas Gerais a palavra singela: “Amanhã, às cinco e meia da tarde”. À hora marcada, a Força Pública do Estado, unida e poderosa, sob o comando do Presidente do Estado, deu início ao movimento, investindo contra o quartel da Guarnição Federal. O sangue começou a correr. Lembro-me de que, por volta de seis horas da tarde, eu saía do palácio, em companhia de Francisco Campos, para verificar o que havia nas ruas de Belo Horizonte. Ouvimos tiroteio. Vimos, na porta da Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda, um soldado do Exército, a sentinela, estendido e morto no chão. Voltamos ao Palácio. O Presidente Olegário Maciel, com os que o cercavam, estava à espera de notícias. As horas passavam. Passavam as horas, e nada. Nenhuma notícia do Rio Grande do Sul. Nenhuma notícia do Nordeste, onde, segundo o combinado, devia também explodir um movimento conjugado. No Palácio estavam Artur Bernardes, Wenceslau Brás, Mário Brandt, Francisco Campos, os secretários de Estado. Era um grupo de homens tranqüilos e corajosos. Olegário Maciel, uma ou outra vez, olhava o seu relógio. Tardavam tanto as notícias, que começou a passar pelo espírito de todos o mesmo sentimento de dúvida, a mesma suspeita. Ter-nos-iam os gaúchos deixado sozinhos, quando nós já nos achávamos em revolução, atacando as forças federais? Avançava a noite quando chega telegrama de Oswaldo Aranha,

comunicando que o Presidente do Estado, Getúlio Vargas, lhe transferira o Governo e já estava à frente das forças revolucionárias, prestes a seguir no rumo da Capital da República. Toda a guarnição federal em Porto Alegre se rendera ou estava irmanada com os gaúchos rebeldes.

Que momento de emoção e regozijo foi aquele! Ganhamos tranqüilidade. Já entrevíamos a possibilidade de triunfo. Mas esta esperança converteu-se em certeza quando mais tarde nos chegou a notícia de que Juarez Távora, então intitulado General, já se apossara da Paraíba, em cujo governo se investira o bravo José Américo de Almeida. Sentimos que o triângulo — Rio Grande do Sul, Minas e o Norte e Nordeste — estava reconstruído, porque logo concluímos que Juarez Távora, espécie de mito, espécie de raio, com o seu nome lendário, com a sua ação fulminante, logo envolveria nos braços e no domínio da revolução todos os Estados do Nordeste e do Norte. A presença de Juarez Távora incendiou o coração de todos nós, e sentimos ter nas mãos a vitória.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Gustavo Capanema, o depoimento de V. Ex^a é da maior importância para a História do Brasil contemporâneo. Conheço o episódio da conversa do Presidente Olegário Maciel com o então Deputado Lindolfo Collor, de quem a ouvi. E desejo, nesta oportunidade, prestar minhas homenagens à tradição libertária de Minas, que enche a História do Brasil, e se reafirmou em 1930, com Olegário Maciel e, em 1964, com o nosso eminente companheiro, o nobre Senador Magalhães Pinto.

BAHIA

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. Heitor Dias — Não trago depoimentos, porque não fui partícipe dos acontecimentos históricos daquela época. Recolho, entretanto, aqui e ali, algumas passagens que ficaram para sem-

pre gravadas na minha memória. Era aluno do Ginásio da Bahia já em final de curso, quando se tornou vitorioso, para felicidade do Brasil, o Movimento Revolucionário de 1930. Passava-se a colher os primeiros frutos da árvore que os idealistas de 1922 e 1924 haviam plantado. Em relação aos fatos, um nome logo se projetou: o nome de Juarez Távora. Era um homem de luta, um bravo, que dava a vida em penhor dos ideais que acalentava, e os acontecimentos vieram demonstrar, depois, que toda a sua luta tinha simplesmente em mira a grandeza e o progresso do Brasil. Era, já não digo a vontade, mas a ânsia de corrigir distorções, de abrir novos horizontes à construção de um Brasil novo, sepultando fórmulas arcaicas, para, em seu lugar, erguer-se uma estrutura capaz de corresponder à realidade brasileira. Manteve-se Juarez Távora sempre fiel a esses princípios. O ideal foi, para ele, aquela mesma chama que conseguia ver nas noites escuras da época tumultuosa por que o Brasil passou. Ontem, foi um chefe; hoje, é um companheiro. Ontem, foi uma bandeira; hoje é um símbolo. E quando traz ele a lume um livro, não é para retratar a sua própria vida, mas para narrar fatos que a História registra, para que possamos dela tirar lições adequadas. Continua fiel aos princípios por que luta; é o mesmo revolucionário. Se já não pode e não quer, e já não há necessidade de usar as armas para a luta, ele as substitui por outras, pela pena, pela palavra, porém impregnado sempre daqueles mesmos ideais de sua mocidade.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Heitor Dias, as palavras de V. Ex^a refletem os sentimentos da juventude despetada pela pregação revolucionária de Juarez Távora para renovar, reconstruir o Brasil.

PERNAMBUCO

O Sr. João Cleofas — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre Senador João Cleofas.

O Sr. João Cleofas — Não tenho dúvida de que V. Ex^a, nesta oportunidade, interpreta o sentimento unânime, e até com emo-

ção, do Senado Federal e do País, prestando com o seu depoimento homenagem singela ao vulto singular — como o tem sido em toda a sua vida — Juarez Távora. Também quero dar pequeno depoimento da conduta do povo pernambucano que, nas preliminares do Movimento de 30, considerava Juarez Távora, como ainda hoje, uma legenda autêntica. A Revolução irrompera em Porto Alegre e em Belo Horizonte. Mas não chegavam notícias a Pernambuco. Segundo a combinação conhecida, a Revolução deveria irromper às 11 horas da noite. Estava Juarez Távora em Recife para assumir o comando das tropas ali aquarteladas, quando teve que seguir para a Paraíba, porque o Comandante das Forças do Exército na capital pernambucana fora cientificado da irrupção revolucionária em Porto Alegre à tardinha. Tal era, no entanto, o sentimento, a confiança e o idealismo que animavam os meus conterrâneos em relação a Juarez, que eles próprios tomaram a iniciativa da Revolução. E, com um número reduzido de oficiais da Força Pública, e um número também reduzido de civis, tendo à frente o grande idealista Carlos de Lima Cavalcânti, portanto com poucos elementos militares, galvanizaram a situação em Pernambuco, onde Juarez chegou, no dia seguinte, realmente como um triunfador. Sereno, até humilde, pressentindo, de certo, a responsabilidade que lhe caberia, surgiu em Recife para assumir, sob aplausos que jamais, em qualquer tempo, alguém recebeu do povo pernambucano, o comando das forças revolucionárias que, na verdade, contribuíram de forma decisiva para a implantação do novo regime no País muito antes da queda do Governo da República, na Capital Federal. Quis prestar este singelo depoimento também como homenagem de respeito e de apreço ao grande brasileiro Juarez Távora, com cujas idéias se identificou o povo pernambucano, mesmo enfrentando os maiores riscos.

O SR. ARNON DE MELLO — O aparte de V. Ex^a, nobre Senador João Cleofas, e do eminente Senador Gustavo Capanema, comprovam que o povo brasileiro já consagrara o nome de Juarez Távora, ainda quando ele mal chegara aos 32 anos de idade.

RIO GRANDE DO NORTE

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre colega.

O Sr. Dinarte Mariz — Não poderia, nesta oportunidade, deixar de trazer o meu depoimento sobre a figura que se homenageia nesta tarde. Nenhum brasileiro mereça talvez mais do que Juarez Távora o apreço e o respeito de que esta Nação lhe é devedora. Mas, nobre Senador Arnon de Mello, fui realmente um soldado de Juarez Távora em 1930, pois a sua palavra, a sua ação e sobretudo o seu nome atingiram todos os recantos do Nordeste. E, conspirador que era pela Revolução de 1930, tendo como meu chefe o então Capitão Abelardo de Castro, quando o 29º BC esteve sediado em Santa Luzia do Sabugi, nos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, tão logo houve o levante a 3 de outubro — e o aviso chegando à Paraíba atrasado, como V. Ex^a já relembrou — eu recebia daquele então meu Chefe revolucionário, de quem eu tinha as instruções e a quem eu estava vinculado, autorização para entrar em ação imediata e procurar na minha cidade, onde se achavam depositados, cerca de duzentos fuzis que haviam sido mandados pelo Governo Federal para o Governo Estadual a fim de dar combate aos revolucionários da Coluna Prestes. E como esses fuzis estavam depositados no interior do Estado, existia exatamente na minha cidade, Caicó, aonde eu me achava, cerca de duzentos fuzis, e em Serra Negra estavam depositados também cem fuzis. Era, portanto, uma cidade marcada por aquele meu Chefe revolucionário, que lhe dava maior significado e maior importância. Recebendo, como recebi, a informação de que o 19º BC se tinha levantado e marchava sobre a Capital, de posse daquelas instruções imediatamente me comuniquéi com Patos, na Paraíba, através de Adelgício Olinto e Jader Medeiros, que organizaram uma coluna e marcharam sobre Serra Negra do Norte, terra do então Governador Juvenal Lamartine, a qual era, realmente, uma cidade muito visada. Para ali também me locomovi imediatamente. En-

contrei, na pequena cidade, três grandes Colunas da Paraíba: uma, comandada por um irmão do Senador Ruy Carneiro; outra, por Joaquim Saldanha, e a terceira por Adalgício Olinto. Verificando que ali não havia qualquer resistência, voltamos a Caicó e, aí chegando, fui chamado ao Telégrafo pelo então Capitão Abelardo Castro, que já se achava em Natal, e havia organizado a Junta Governativa composta do Tenente-Coronel Tavares Guerreiro, do Capitão Perouse Pontes e do Capitão Abelardo Castro. Devo dizer que toda a nossa ação, a nossa bandeira, o nome que nos estimulava e nos inspirava era o de Juarez Távora. No levante do 29º BC, a luta foi evitada pelo Capitão Abelardo Castro, que ao comandante deu ordem de prisão em nome do General Juarez Távora, Chefe da Revolução, como o considerávamos em todo o Nordeste brasileiro. Daí por diante foi a fogueira que se alastrou por todos os cantos, onde encontrávamos o maior entusiasmo da população nordestina. Cumpre acrescentar que, recebendo a missão que me foi atribuída pelo meu chefe, àquela época o Capitão Abelardo Castro, cumpri meu dever. Ficamos com grande quantidade daquele armamento, uma parte do qual as colunas da Paraíba levaram. Com as armas que conservei em meu poder, consegui repelir, combater e derrotar a onda comunista que ameaçou o Nordeste em 1935, notadamente meu Estado, que estive, durante três dias, na posse de um governo comunista. Mas, nobre Senador Arnon de Mello, o meu depoimento é sobre Juarez Távora. Eu o tenho acompanhado no decorrer de toda a sua vida; com ele tenho sido solidário, sem freqüentá-lo sempre, mas seguindo-o, talvez mais do que ele possa supor, no seu itinerário, como um exemplo que é para as gerações mais moças. Com Juarez Távora, nosso Chefe, estive também em 1930, quando ele chegava a Natal, comandando vários tenentes, entre os quais o Tenente Juracy Magalhães e outros, visitando-o então e a seu lado assistindo à proclamação que fez ao Rio Grande do Norte, da sacada de um prédio público, na Avenida Tavares de Lira. Devo dizer ainda que com Juarez Távora estive também quando ele se candidatou à Presidência da República. Apoiei-o, e fiz todo o possível para que o Brasil compreendesse

que estava chegando a hora da renovação. À sua palavra, à sua pregação também nós devemos os dias que vivemos, pois são consequência da sementeira das suas idéias. Era então o tenente de cabelos brancos falando a toda a Nação. E, se não conseguiu chegar ao Governo, talvez tenha sido pela envergadura da sua personalidade, pela sua tèmpera, pelo seu caráter, pela correção em que sempre se manteve, recusando — como recusou, e eu o testemunhei —, o oferecimento de apoio que lhe fizeram as esquerdas, querendo que ele tomasse compromisso com elas para, então, sufragarem o seu nome à Presidência da República. Recusou tal apoio com aquela dignidade que é hoje patrimônio desta Nação; recusou deixando o exemplo para que a Nação inteira sinta sempre que os ideais são mais fortes que os interesses. E quando o homem realmente esposa com caráter, com convicção, com patriotismo, o ideal que defende, a Nação nunca o abandona. É por isso que Juarez Távora tem parte neste atual movimento de renovação, pois ninguém melhor do que ele semeou para a colheita dos dias de hoje.

O SR. ARNON DE MELLO — Eminente Senador Dinarte Mariz, conheço bem o passado de V. Ex^a e sei do seu valioso concurso à Revolução de 30. Quase poderia dizer que V. Ex^a chegou ao Senado da República com as insígnias de comando, conquistadas nas trincheiras de luta.

Também fui partidário da candidatura de Juarez Távora à Presidência da República, no pleito de 1955, quando, Governador de Alagoas, tudo fiz para esclarecer os meus conterrâneos. E tenho a honra de dizer que Alagoas foi um dos Estados onde Juarez Távora venceu nas urnas.

MDB

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Não vou recordar aqui os dias distantes da juventude quando, muito moço, muito mais moço do que devia ser para já ter iniciada minha carreira política, acompanhei, ou melhor, colaborei quanto possível, ainda estudante, para a vitória da Revolução de 30. Mas quero referir o Juarez de hoje, porque este é aquele mesmo do passado e constitui uma lição para todos nós. Cito palavras suas publicadas em **O Estado de S. Paulo**, edição de ontem:

“Eu mesmo bati muitas vezes com a cabeça no poste e sei agora que o poste é mais duro. Dei murros na mesa, mas já sei que a mesa é mais dura. Cabe aos de hoje construírem este País, sempre com o diálogo. Não há ninguém suficientemente gênio capaz de realizar e resolver tudo sozinho.”

Esta é a grande lição da vida de Juarez Távora, a que vai ficar.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre e eminente Senador Nelson Carneiro, Líder do MDB nesta Casa. As palavras de V. Ex^a demonstram que a homenagem que aqui está sendo prestada a Juarez Távora não se circunscreve nem a um só Partido nem apenas ao Senado, mas se estende à própria Nação brasileira, que muito lhe deve.

CEARA

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muita honra, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Senador Arnon de Mello. É com orgulho e emoção que nós, da família de Juarez, assistimos a esta homenagem a ele tributada, a qual, pelos apartes ouvidos, vemos transformada em uma verdadeira consagração. Por isto mesmo, cabe-nos, em nome de Juarez e nosso, manifestarmos-nos muito gratos a V. Ex^a e aos demais nobres colegas que vêm,

através de brilhantes intervenções, secundando os seus conceitos. Alvos prediletos e constantes das perseguições dos poderosos, antes de 30, todos nós, Távora, através dos tempos e das vicissitudes sofridas, honramo-nos das atitudes por ele assumidas, do seu desassombro e coragem no combate ao que se lhe afigurava e afigura ser iníquo, na sustentação das suas idéias, na procura da Verdade onde quer que ela se encontre e encontrasse, no apoio às causas justas e no devotamento sem par à Pátria estre-mecida.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Virgílio Távora. Membro da família Távora, que tanto honra, V. Ex^a continua aqui as suas tradições, servindo ao Brasil com abnegação e espírito público.

O Sr. Virgílio Távora — Muito obrigado a V. Ex^a

ARENA

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Eurico Rezende — Vê V. Ex^a, e a Casa a ela assiste, com alegria sincera, que, com a intervenção do eminente Líder Nelson Carneiro, a homenagem prestada a Juarez Távora adquire dimensões nacionais, e — o que é mais expressivo — numa Casa federativa. O ilustre *bâtonnier* Nelson Carneiro reproduziu, para constar do seu discurso, a afirmativa do grande homenageado, no sentido de que em política é sempre necessário o diálogo. É realmente o que existe no Brasil-Grande dos nossos dias, e maior do nosso futuro: um diálogo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, de permeio com o respeito absoluto ao Poder Judiciário. E, o que é mais importante, através de uma simpatia contagiante, a edificação de uma ponte mental entre o Poder Executivo e o povo, que aplaude dia-a-dia. Até mesmo através da manifestação maciça das urnas inconspicíveis e da estatística dos resultados daí decorrentes, o povo aplaude essa política

de diálogo do Governo. Para completar a citação do prelúcido Líder Nelson Carneiro, é bom que se destaque também este trecho das declarações atribuídas ao eminente Marechal Juarez Távora:

“O ex-Ministro da Viação lembrou que sempre que há uma abertura antes do tempo, a correção se faz por medidas de contenção. Além dos exemplos históricos mais remotos, citou o Ato Institucional nº 2, no Governo Castello Branco, e o Ato Institucional nº 5, no Governo Costa e Silva. A seu ver, “Costa e Silva resolveu, antes do tempo, normalizar o País, restabelecendo o regime democrático. Aconteceu o que aconteceu. Agora — é a minha opinião — os responsáveis pelo País sentem receio de tomar providência e depois se verem obrigados a refluir. Além disso, temos acontecimentos muito próximos de nós que preocupam — na Argentina, no Chile e no Uruguai. Principalmente no Chile, que foi considerado uma democracia perfeita.”

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Eurico Rezende. Estou inteiramente de acordo com tudo o que V. Ex^a disse. Faço apenas uma ligeira retificação às mencionadas palavras de Juarez Távora: quando o Marechal Costa e Silva assumiu o Governo, em 1967, já estava em vigor a nova Constituição.

ESTADO DO RIO

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Vasconcelos Torres — Nobre Senador Arnon de Mello, é honra minha poder, neste instante, comungar com os conceitos aqui expendidos em torno de uma figura que vale como exemplo moral para a Pátria brasileira. Desde menino aprendi a admirar Juarez Távora. Sou afilhado de um companheiro de ideais de S. Ex^a, o Almirante Ary Parreiras. Infelizmente, por

motivo de força maior, não poderei comparecer à noite de autógrafos de seu livro “Uma Vida e Muitas Lutas”. Nobre Senador Arnon de Mello, este aparte tem alguma conotação emocional, porque o vice-rei do Nordeste é hoje um rei de simpatia em São Pedro da Aldeia, na chamada região dos lagos fluminenses, onde S. Ex^ª tem uma casa. Desejo ressaltar, — dentre tantas qualidades desse homem, um homem que lutou tanto, um homem respeitado, querido, e que, agora, dá esse depoimento notável —, que ali S. Ex^ª se confunde com os habitantes, dando uma lição admirável de democracia, muito estimado pelos pescadores. Sai de onde mora, propriamente São Pedro da Aldeia, e vai até Iguaba-Grande. Ali mesmo faz as compras para o abastecimento normal da sua casa, não tanto de veraneio, já que está com residência quase que fixa no município de São Pedro da Aldeia. Essa figura, que é um guia da nacionalidade, está assistindo a um fato notável, Sr. Senador: ver-se consagrado em vida. Tendo participado de tantas lutas, Juarez Távora não é um apaixonado e sim um homem que sabe perdoar, um homem que não sabe odiar, um homem que esqueceu muito do que lhe fizeram. Paradoxalmente, aqueles que procuraram interromper a carreira brilhante, vitoriosa, do Marechal Juarez Távora, foram justamente os que concorreram para que se exaltasse sua imagem, e ela se projetasse, como num cinemascópio cívico, em grande estilo, com todas as características, com todos os relevos de um militar honrado, um homem de bem, um homem culto, e ainda poderia dizer — tenho certeza que o Marechal compreenderá muito bem — um civil no mais alto sentido da palavra, um homem a quem todos nós, nos momentos de dificuldade, tal como acontece com os grandes exemplos de outras nações, teremos de ouvir, porque toda a sua vida representa um acúmulo de experiência vivida em favor da Pátria brasileira.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Vasconcelos Torres. Bem posso imaginar como as suas palavras tocam fundo ao coração do Marechal Juarez Távora, que nos dá a grande honra da sua presença nesta tarde, neste Plenário.

SÃO PAULO

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro — Nobre Senador Arnon de Mello, a homenagem que V. Ex^a presta a Juarez Távora está sendo realmente a homenagem dos homens que encarnam a vida pública brasileira. A serenidade de Juarez Távora foi aqui destacada, e duas frases de S. Ex^a foram citadas por Nelson Carneiro e Eurico Rezende. A declaração de Eurico Rezende referiu-se às dificuldades que talvez possam existir para a normalização da vida pública brasileira. Mas é preciso ler essa entrevista, para dar por inteiro o pensamento de Juarez Távora — o seu pensamento profundo. No Brasil de hoje — disse Juarez nessa entrevista ao **O Estado de S. Paulo** — para a sua satisfação, foi aberta uma clareira, que é “uma das alegrias da minha velhice”. Ressalvou: “alguma coisa ainda precisa ser feita para acompanhar o nosso progresso econômico.” O regime, embora não possamos dizer que não seja democrático, pois há respeito ao Legislativo e acatamento ao Judiciário, é autocrático. A falta de diálogo concorre para muitos equívocos. É evidente que Juarez, fiel à sua pregação, de ontem e de todos os tempos, o homem da Revolução pelo voto, que entusiasmou a juventude universitária de São Paulo, na sua campanha para a Presidência da República, e teve a votação unânime da juventude de meu Estado, mantém-se fiel a essa grande bandeira; como V. Ex^a lembra, a bandeira da liberdade e da justiça social, que foram as inspiradoras de sua ação política e são ainda, certamente, os valores que unem a todos nós que, hoje, no Congresso Nacional, reverenciamos, na figura de Juarez Távora, um homem que serviu e servirá de exemplo para todas as gerações de nossa terra.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Franco Montoro, ex-Presidente do Partido Democrata Cristão, ao qual pertenceu e foi seu Secretário Geral o eminente Marechal Juarez Távora.

GOVERNADOR DE MINAS

O Sr. Magalhães Pinto — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Magalhães Pinto

O Sr. Magalhães Pinto — Não precisaria dizer mais nada, em nome de Minas Gerais, porque o eminente colega Senador Gustavo Capanema já deu importante aparte a V. Ex^a Mas não desejaria que encerrasse seu discurso, sem nele inserir meu preito de admiração e de respeito à figura do Marechal Juarez Távora, que foi sempre um idealista e um inconformado. E como idealista nunca deixou de lutar enquanto sentiu que havia injustiça; é o homem em luta permanente pela felicidade de sua Pátria. A vida de Juarez Távora é marcada por essas duas virtudes. Evidentemente que, nessa altura da sua existência, se reserva para quando necessário contribuir com seus lúcidos e autorizados conselhos, visando ao bem do País. Traz agora para nós o livro em que, sem dúvida, vamos encontrar toda a sua experiência, adquirida ao longo de árdua e profícua vida pública. Conheço bem o Marechal, tenho por ele a maior admiração e sei que essa admiração é de todo o País. Portanto, a melhor coisa que fazemos nesta hora é manifestar-lhe nosso apreço. Que ele — Tenente da inconformidade — continue a ser o Marechal inconformado, sempre que sentir que a nação não está vivendo vida tranqüila, em liberdade, e o povo se encontra sem o mínimo indispensável. (Palmas.)

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Magalhães Pinto, pelo substancioso aparte que acaba de dar ao meu pronunciamento, com a sua incontestável autoridade de deflagrador da Revolução de 1964.

RIO GRANDE DO SUL

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Ouço com muita honra o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Daniel Krieger.

O Sr. Daniel Krieger — Congratulo-me com V. Ex^a pela justa homenagem, pela exaltação que está fazendo de uma das maiores figuras da nossa Pátria. Juarez Távora é um exemplo de coragem, de idealismo e de probidade. Chega ao cume da vida felizmente, mercê de Deus, com a admiração reverente da Nação brasileira.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Daniel Krieger, ninguém com mais autoridade que V. Ex^a para se manifestar a respeito da vida e da obra do Marechal Juarez Távora.

DIVERGÊNCIAS

Sr. Presidente:

O segundo “5 de julho” deu origem à marcha da Coluna legendária, que varou o Brasil de Norte a Sul, enfrentando em guerrilhas as poderosas forças do Governo. Tendo, assim, conhecido de perto a pungente realidade da pobreza e da miséria das populações das cidades do interior e das áreas rurais, e por ela também feridos na própria carne, uniram-se ainda mais os tenentes idealistas ao choque do espetáculo desolador e mercê do sofrimento próprio.

Mas, nos albores de 1930, eis que se dividem, como depois de eclodir e de se fazer triunfante a Revolução de 30. Não tinham a mesma ideologia nem se conciliavam sobre o remédio para os males do País. Luiz Carlos Prestes adota o comunismo e divulga manifesto concitando os companheiros a tomarem o mesmo rumo. Mas Juarez, fiel aos seus princípios, se apressa em fixar sua posição contrária à do antigo chefe e, em 31 de maio de 1930, declara na resposta que de público lhe dá:

“Reconheço a iniquidade da ordem de coisas em que a maioria proletária se estorce, sem amparo prático, sob o tácio de leis que a minoria burguesa de banqueiros, industriais e fazendeiros, de patrões, em suma, amassa e amolda ao sabor de suas ambições e egoísmos.

Concordo que essa predominância absoluta de uma classe sobre a outra, na elaboração das normas que a ambas hão de reger, é maléfica e injusta.

Mas, não será invertendo a ordem existente — pela anulação sistemática da burguesia e a ascendência universal incontrastável do proletariado — que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isso apenas inverteria os pólos da injustiça combatida.”

“Tal o meu modo de pensar. Fiel a ele, não posso acompanhar o General Luiz Carlos Prestes no novo rumo que acaba de imprimir às suas idéias.”

Releio, 43 anos depois, a resposta do jovem Juarez a Luiz Carlos Prestes, e recordo estas palavras do escritor norte-americano Upton Sinclair:

“Não sei se alguém cuidará de examinar mais a fundo meu coração. Se o fizer encontrará nele duas palavras: justiça social. Porque é nela que eu acredito e é em favor dela que eu luto.”

SEMEADURA

Srs. Senadores:

O Império vivera sessenta e sete anos e a Primeira República quarenta e um — ao todo, mais de um século. No Império, como na República, governava o Brasil uma escassa elite cujo chefe — fosse o Imperador ou o Presidente da República — tinha o arbítrio das decisões, o povo ausente delas.

Lutando pela palavra e pela ação contra tal estado de coisas, fez Juarez Távora boa semente, em terreno fértil. A energia espiritual, que lhe marca a personalidade e o proselitismo, teve efeito multiplicador, gerou outras energias e as induziu à luta pelas mesmas causas.

Quando explodiu a Revolução na Paraíba, Juarez apenas contava com quatro tenentes — Juracy Magalhães, Jurandir Mamede, Agildo Barata e Paulo Cordeiro — e contra eles havia em João Pessoa oitenta oficiais legalistas, desde o General-Comandante das Forças no Nordeste e o Coronel-Comandante da Região Militar. Em poucas horas, porém, toda a Paraíba estava com a Revolução, embora, por um equívoco, ela houvesse irrompido no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais sete horas antes do que esperava Juarez, tirando-lhe, assim, parte do valiosíssimo elemento de surpresa, valiosíssimo mesmo, dada, sobretudo, a tremenda desigualdade de forças militares. No Recife apenas um tenente da ativa estava comprometido com a Revolução, mas nada pôde fazer, devido exatamente à antecipação da hora em que eclodira em Porto Alegre e Belo Horizonte. Em pouco tempo, entretanto, ela também se tornava vitoriosa na capital pernambucana. E melhor ainda, triunfara em todos os Estados do Nordeste e do Norte, onde os governos caíam mal o teco-teco do aviador militar Djalma Petit lançava volantes revolucionários sobre as cidades. E o povo ia às ruas aclamar e manifestar aos jovens tenentes da Paraíba, que chegavam em marcha batida, o desejo de incorporar-se às suas tropas.

VERDADE E LIBERDADE

Srs. Senadores:

A semente de Juarez Távora produzira efeitos mais rápidos do que se supunha. A energia espiritual do combatente da verdade, que liberta, e da liberdade, que dignifica, se transmitira às massas e se transformara em energia vital e material, vencedora dos poderosos. “Conhecereis a Verdade — e a Verdade vos libertará” — disse o Cristo.

O moço sementeiro, a quem coubera a graça de trabalhar pelo próximo, pela comunidade, e não trabalhar em vão, tem ainda a glória rara de assistir à colheita, mas o bom sucesso não lhe subiu à cabeça, não lhe tirou o equilíbrio moral e espiritual, que ajuda e fortalece a liberdade, tanto nos dá condições

de fruí-la. Ele não se conformou nem se deliciou com os resultados obtidos; antes permaneceu insatisfeito na busca incessante do aperfeiçoamento da obra iniciada. Alcançou o Poder mas continuou em oposição: em oposição aos problemas como à rotina que lhes bloqueia as soluções.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Note-se, Srs. Senadores, a grave responsabilidade de Juarez. No Nordeste, martirizado e desesperado pelas dores da fome, das doenças e do analfabetismo, a Revolução, que ele chefiara, fora feita quase exclusivamente pelos tenentes, ajudados por alguns bravos civis, pelos tenentes que eram classe média, e legitimamente exprimiam os anseios mais profundos de transformação social.

Mas no Centro-Sul as classes dirigentes é que deram rumo e compasso aos acontecimentos, sem que os jovens oficiais das Forças Armadas, que lhes levaram suporte militar, pudessem influir-lhes na orientação.

Teve Juarez de empenhar-se a fundo em esclarecer e persuadir os vitoriosos do Sul sobre as aspirações de mudança dos nordestinos, e bravamente defendê-las com a sua incontrastável autoridade. Essas aspirações não se circunscreviam à mudança de homens, mas alcançavam, irredutíveis, as estruturas políticas e sociais. Foi assim vencido desde logo o ponto de vista segundo o qual o objetivo revolucionário seria simplesmente colocar no Poder, como Presidente da República, o candidato considerado realmente eleito e depois esbulhado, para que ele cumprisse o mandato nos termos da Constituição Federal de 1891. E a luta de Juarez Távora prosseguiu nos anos subseqüentes, em favor das metas pelas quais se levantaram em armas os nordestinos.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Vitoriosa a Revolução, criado o Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor, com o apoio de Getúlio Vargas, lançou as grandes linhas da legislação trabalhista.

Através dela e através do voto secreto, deu-se começo à Justiça Social com o acesso dos trabalhadores às decisões políticas.

Mas, sem maior preparação, com elevada taxa de analfabetismo, sob o peso do subdesenvolvimento, entrou o País na demagogia e no peleguismo, que desembocaram no caos de que nos veio tirar o movimento de 1964, quando ascende ao Poder a classe média, que nele até hoje se mantém.

O MESMO HOMEM

Sr. Presidente:

Sêneca considerava difícil ser-se sempre o mesmo homem, mas Juarez o é. Nestes 50 anos, de 1922 a 1973, o tenente permanece vivo e atuante no Marechal de cabelos brancos, através das idéias que defende e das posições que adota. A verdade, que liberta, e a liberdade, que dignifica, continuam valores da sua maior estimação.

“Suponhamos as laranjeiras afetadas de uma doença que se possa curar impedindo-as de produzir laranjas. Valeria a pena?” — perguntava Renan.

Parodiando-o, indaga Joaquim Nabuco: “Suponha-se a ordem afetada de um mal que só seja curado impedindo-a de produzir a liberdade. Valeria a pena?”

A vida de Juarez é uma resposta à pergunta em favor da liberdade. Não, não valeria a pena, porque sem liberdade não há ordem estável senão instável, insegura, transitória, abalada pela permanente ameaça de explosões e incêndios.

AUTENTICIDADE

Já disse o mesmo Joaquim Nabuco que “a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las, e com eles é impossível governar”.

A Juarez não se aplica, porém, o conceito. Ele não é por certo desses homens frios, que regem idéias e iniciativas por mais quentes, nem tampouco desses homens ditos sensatos, mas inúteis, para os quais o bom senso é a rotina, considerada a ação para frente, a mudança, sempre como uma desaconselhável aventura cheia de riscos. Ao contrário, profundamente autêntico, sua fidelidade às idéias se completa na sua fidelidade a si mesmo, ao seu temperamento, ao seu ser. E, por certo, nem a Graça Divina modifica a Natureza Humana, segundo Santo Tomás de Aquino. “Sou homem de temperamento impulsivo. Talvez não pareça mas me emociono com tudo”, declarava Juarez ainda há poucos dias em entrevista à imprensa. E quem não se lembra dos murros que, em reuniões importantes, dava ele na mesa como se quisesse esmagar ali mesmo os problemas que discutia ou arrasar idéias e pontos de vista que considerava contrários aos interesses coletivos?

Mas o seu entusiasmo ardente é fator positivo para o que empreende, tanto ele sabe, “no momento preciso, escutar a voz da razão e se dominar”. “Sem o entusiasmo — frisa o Professor Jules Kornis — as páginas da história teriam ficado brancas, porque toda grande ação, toda luta fecunda é concebida pela paixão. Não deve, entretanto, essa paixão estar a serviço do egoísmo instintivo do indivíduo mas a serviço de um fim mais alto, de um ideal. Num homem vulgarmente mesquinho, o fim mental que freia a paixão é sua própria vantagem egoísta. Mas entre as almas nobres é um ideal elevado, um valor superpessoal, que, como fator racional, modera as paixões no momento exato.”

CONSTRUÇÃO

Senhores Senadores:

Há que destacar em Juarez Távora o permanente anseio de construir. Jamais se escusou às lutas para destruir o que lhe parecia devesse ser destruído, e o vemos sempre fugir dos cárceres para continuá-las. Alcançada, porém, a vitória, ninguém mais

que ele, pela palavra falada e escrita e pela ação, se entrega ao trabalho construtivo. E o faz com grandeza de alma, com a alegria e a tranqüilidade de quem realiza para os outros como se realizasse para si mesmo. Não deseja auferir pessoalmente os resultados do seu trabalho senão vê-los beneficiando o próximo. Lembro-me a esse propósito da frase de João XXIII: “Para mim a boa regra é esta: eu dou tudo de mim mas sem que ninguém me deva qualquer coisa.”

Assim tem sido Juarez ao longo de sua vida.

Ministro da Agricultura, em 1932, devemos-lhe o Código de Minas, o Código de Águas, o Código Florestal, a nacionalização do subsolo brasileiro. E quando em 1933 se reuniu a Assembléia Constituinte, por várias vezes ali compareceu não apenas para prestar contas de atos seus, praticados como Ministro, mas ainda — a 18 de dezembro de 1933, a 17 de março, a 2, 7 e 12 de abril, e a 2 de maio de 1934 — para apresentar emendas à nova Carta Magna e debatê-las da Tribuna com os representantes do povo.

“Preferia — disse de início, no seu primeiro discurso — não vos estar falando como Ministro de Estado mas como qualquer Constituinte, aqui comparecendo, em nome da soberania nacional, para defender, impessoalmente, idéias, e honrar, assim, a confiança do eleito-rado que me houvesse delegado atribuições iguais às vossas. Infelizmente, porém, não pude ver realizado esse desejo — a única ambição política que alimentara meu espírito de velho combatente pelos ideais revolucionários, porque ainda um dever de cooperação me constrangeu, à última hora, a renunciá-lo, aceitando as responsabilidades efetivas de Ministro de Estado.”

POR AMOR DE DEUS E DA PÁTRIA

E ao findar seu último discurso na Assembléia Constituinte, a que compareceu “no desempenho de um encargo de consciência” e “contra os impulsos do meu egoísmo porque a ativi-

dade administrativa, a que me tenho dedicado, bastaria por si só para esgotar todas as minhas energias”, dirige à Assembléa Constituinte este emocionante apelo, que, em aparte, o mineiro, Deputado Constituinte, Sr. Cristiano Machado, aplaude e considera digno de “um autêntico revolucionário”:

“Depois de quase exausto por este esforço que supera as minhas energias físicas, ainda me animo a roubar alguns minutos de vossa atenção, pedindo, não já pelo amor de Deus, não já pelo amor de nossa Pátria, mas pelo amor ao decoro e aos foros de altivez, que devem ser apanágio desta Assembléa Constituinte, e ainda em nome de minha dignidade pessoal e da dignidade do Governo que integro, que não aproveis em globo, sem exame consciencioso, os atos praticados pelo Poder Discricionário.”

Srs. Senadores:

“O homem de bem, escravo fiel de sua consciência, caminha inquebrantável pela senda que ele traça. Nada o assusta nem o seduz, pois que há duas coisas belas no Universo: o céu estrelado sobre as nossas cabeças e o sentimento do dever em nossos corações.”

A frase é de Armand Dufaure, antigo Presidente do Conselho de Ministros da França, e poderia ser dita em relação a Juarez Távora que nunca deixou, na sua vida, de olhar o céu estrelado nem se ausentou do sentimento do dever.

O LIVRO

Senhor Presidente:

Juarez Távora aqui está, em Brasília, para lançar hoje o seu livro de memórias, editado por José Olympio, grande figura humana e grande homem benemérito deste País, que desde 1930 serve com extremos de abnegação à causa da cultura nacional, ajudado por uma admirável equipe de bons brasileiros, na qual se integram seu único filho e seus irmãos.

O livro de Juarez, Senhores Senadores, não é apenas a história de sua vida, vida de muitas ásperas lutas que, sempre nítido e exato, ele conta com isenção e bom humor, de quando em vez entremeando a narrativa com colorido literário e belos toques de poesia do eterno enamorado da prima Nair, que há quarenta anos percorre com ele os mesmos caminhos, esposa e companheira inexcedível, a quem rendo minhas melhores homenagens.

É a história do Brasil Contemporâneo que Juarez nos relata, do Brasil sofrido e amargurado ante a incapacidade do regime então vigente para considerar-lhe e solucionar-lhe os problemas. É sobretudo a história de uma jovem nação numa de suas fases cruciais de desenvolvimento e num de seus aspectos mais expressivos e importantes: a integração da juventude e do povo na cruzada de aperfeiçoamento das suas instituições políticas, e o ajustamento delas às realidades nacionais. Sem juventude e sem povo interessados no seu destino não há Nação e muito menos futuro.

Tocado pelo sentimento de missão, Juarez Távora desfraldou ainda imberbe, altruísta e indócil, a bandeira da verdade e da liberdade, e a mantém empunhada até hoje.

Cumpre seguir-lhe o exemplo e ouvir-lhe a palavra.

PARA ONDE VAI O BRASIL

Sr. Presidente; (*)

Estamos em plena campanha eleitoral, e no dia 15 de novembro próximo o povo irá dizer, através do voto secreto, quais os seus novos representantes no Poder Legislativo. Parece então oportuno investigar os rumos que tomará o País. Para onde vai realmente o Brasil?

O volume e a velocidade das descobertas científicas aproximaram de tal forma o hoje do amanhã, que quase fizeram do futuro o presente. E, ao mesmo tempo, atraindo e amadurecendo a mocidade, facultaram-lhe conhecimentos que nos surpreendem e nos levam a bem destacar, surpresos, quase diria espantados, a diferença entre os tempos atuais e os da nossa adolescência. O movimento por maior número de universidades para os moços incentiva-nos mesmo a considerar se não seria o caso de pleitearmos também universidades para nós, mais velhos, cujo mundo vai sossobrando ao fragor do mundo moderno que surge impetuoso, cheio de novidades, de invenções e de conhecimentos mais recentes.

Assim, eliminaríamos muitas das motivações das resistências que, insistentes e impacientes, se opõem aos novos tempos. As descobertas não deixam margem, na sua rapidez, a que se façam as necessárias adaptações, pois, tal como explodisse em plena noite escura o sol do meio dia, incandescem a visão e dificultam a aceitação da luz ofuscante. Acentua-se, assim, a disparidade entre os que lutam pelos novos tempos e os que se conformam com a rotina e reagem ao aparecimento e à pressão das mudanças, daí surgindo, então, não apenas problemas pessoais mas também sociais.

(*) Discurso pronunciado no Senado Federal, em Brasília, na Sessão de 23 de outubro de 1974.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA-Espírito Santo) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Pois não, nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a no seu discurso estabelece a necessidade de se obedecer ao conceito de atualização do conhecimento, tão diversificadas e tão galopantes são as inovações que se observam no mundo de hoje. Nos Estados Unidos já se verifica essa atualização. Há advogados, há médicos, engenheiros; principalmente, médicos e engenheiros que voltam à universidade para se atualizarem. Parece-me que a Alemanha está seguindo também o exemplo da grande Nação do norte. Realmente, para que desapareça o ponto de vista de que a renovação está somente na mocidade física, é preciso que se tenha em vista que hoje é perfeitamente possível um homem de idade avançada ter as mesmas idéias, e até bem mais aprimoradas, dos jovens de hoje.

O SR. ARNON DE MELLO (Alagoas) — Nobre Senador Eurico Rezende, alegre-me o aparte de V. Ex^a, ao qual acrescento que, ao conversar com o meu filho, hoje com vinte e um anos, tenho a impressão de que, na sua idade, era eu a bem dizer analfabeto, dados os conhecimentos que ele possui. Realmente, os Estados Unidos e a Alemanha atualizam os seus conhecimentos, não apenas através da juventude, mas ainda das gerações adultas, dos que têm sensibilidade para compreender e aceitar os novos tempos. Cumpre também que o Brasil atualize os seus conhecimentos, evitando, assim, a rutura das gerações. Devemos, evidentemente, ser contemporâneos do nosso tempo. Nós não podemos, é claro, dançar a valsa lenta, quando a orquestra toca o iê-iê-iê.

INQUÉRITO DE 1933

Senhores Senadores:

Em 1933, quatro jornalistas do Rio, entre eles o hoje acadêmico R. Magalhães Júnior, fizeram no **Diário de Notícias** um

inquérito, depois reunido em volume, no qual indagavam de homens públicos, escritores e artistas, “para onde ia o Brasil”: se para o comunismo, o fascismo, o integralismo, a democracia, o socialismo, o federalismo, a ditadura.

Ouviram os jornalistas as personalidades mais eminentes da época e as mais díspares também, desde o septuagenário Sr. Epitácio Pessoa, ex-Presidente da República, até o jovem Jorge Amado, que acabava de publicar “Cacau”, depois de haver estreado como romancista com “O País do Carnaval”, todos, mesmo os intelectuais, demonstrando qualidades de homens públicos.

E vale a pena citá-los, a alguns, para confrontar com a realidade atual suas opiniões àquele tempo manifestadas. Começo pelos mais preocupados com a trepidante situação do Brasil, entre eles o sanitarista Belizário Pena, ex-Diretor da Saúde Pública, ex-Ministro da Educação e Saúde e, à época, Presidente da Sociedade Amigos de Alberto Torres. Partindo do princípio de que “a hora é de confusão e insegurança” e de que “o problema fundamental da nacionalidade continua sem solução”, acentuava o entrevistado:

“Acredito que o mais sábio artigo que se poderia inscrever na nossa Carta Constitucional seria este: “Todo brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil tem direito a uma habitação higiênica e salubre.”

Clamando contra o fato de “o edifício social do País repousar na cachaça, na escravidão dos latifúndios, na ignorância e na doença”, e contra o fato de 80% das famílias brasileiras não terem lar próprio, vivendo nas palhoças miseráveis das fazendas ou nos chiqueiros das favelas e das “cabeças-de-porco”, acrescenta:

“O trabalhador não trabalha para viver. Trabalha para não morrer. Vive sem a menor noção de higiene e de conforto, cercado pelo impaludismo, minado pela verminose. Não tem assistência. Não tem escolas, não goza de benefício algum. Justifico de certo modo o êxodo constante dos habitantes do interior para as cidades.”

E conclui:

“O Brasil tem um caminho a seguir: o que conduz à solução dos problemas da terra e do homem.”

OUTRAS OPINIÕES

O Sr. J. J. Seabra, ex-Ministro da Justiça, crê firmemente na democracia liberal, enquanto o Sr. João Ribeiro, o grande escritor, acredita na vitória aqui do comunismo, considerando que “a democracia agoniza”.

Já o Sr. Gilberto Amado, que prefacia o volume de entrevistas e tanto iluminou com o seu talento a história contemporânea, faz observações de outra natureza:

“Não temos política nacional. Todos os povos têm uma política nacional, têm um conjunto de problemas gerais a resolver. Eu daria um prêmio àquele que me dissesse qual é o problema, qual o programa, qual a política nacional do Brasil. Assim, como saber para onde vai a nossa Pátria? Dizê-lo não será tarefa para talentos nem para gênios, nem para homens de bom senso: será trabalho para cartomantes, nigromantes, hierofantes, feiticeiros, macumbeiros, adivinhadores de todos os matizes.”

LÓGICA CATÓLICA

O escritor Tristão de Athayde é pela lógica católica:

“Se quisermos um Brasil brasileiro, a fórmula a adotar deve ser moldada, integralmente, na lógica católica. Acredito que não se aceite a norma explicitamente católica, mas creio que será facilimo impor-se a lógica implicitamente católica.”

INTEGRALISMO

O chefe da nascente Ação Integralista, romancista Plínio Salgado, é homem feliz, não tem dúvidas:

“O Brasil vai para o Estado Integral, para a destruição de todos os partidos, para a unidade abstrata da Pátria, para a concepção cristã e totalitária da vida.”

E, finalmente:

“O Brasil será integralista. A marcha é fatal, é inexorável. Marcha da mocidade. Movimento glorioso de uma raça que se afirma.”

É A SALVAÇÃO

Presidente da Academia Brasileira de Letras e Diretor do Museu Nacional, o escritor Gustavo Barroso exerce também atividades políticas e é direitista, pertence à Câmara dos Quarenta da Ação Integralista:

“A liberal democracia agoniza. As teorias do comunismo estão desmoralizadas. Resta a linha reta, inconfundível, do integralismo, organizando os Estados Fortes, de arquitetura corporativista. Como este é o rumo do mundo atual e o Brasil reflete sempre os aspectos do mundo, nele está a nossa salvação.”

PARA A RÚSSIA

Outro escritor, Oswald de Andrade, é taxativo:

“Para onde vai o Brasil? Para a Rússia!”

Jorge Amado concorda:

“Desde garoto que ouço dizer: o Brasil está à beira do abismo. No entanto, parece que ele desistiu do abismo e resolveu caminhar para o marxismo. O que não deixa de ser resolução acertada.”

REGIME MAIS TÉCNICO

A Senhora Bertha Lutz, que já de há anos pregava o voto feminino, era candidata à Assembléia Constituinte pelo Partido Autonomista do então Distrito Federal, e respondeu com lucidez à pergunta dos jornalistas:

“Acredito que acompanharemos a marcha dos outros países, no terreno social e político, porém com um sen-

tido menos agressivo do que pacifista e mais americano do que europeu.”

“Acho que devemos adotar um regime mais técnico.”

PESSIMISTA

Medeiros e Albuquerque, jornalista e escritor, não quer dar palpites, e é pessimista:

“O grande estadista inglês Joseph Chamberlain disse certa vez que todo homem de Estado que faz profecias por mais de 15 dias é maluco. Se estadistas, que têm à sua disposição todos os dados, não podem fazer profecias, muito menos o devem simples mortais, que não dispõem de fontes de informação. Deveras, não consigo imaginar como vamos sair desta miséria, deste lamaçal, deste atoleiro infecto em que estamos enterrados.”

DEMOCRACIA SOCIAL

Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho, a quem coube implantar a legislação trabalhista no Brasil, estava exilado em Buenos Aires e respondeu por carta à pergunta dos jornalistas:

“O Brasil irá para a democracia social do século XX. Irá para a liberdade de opinião, para os sufrágios verdadeiros, para o plenário das discussões, para a seleção das competências, para a austeridade dos costumes cívicos.” “Irá para a simpatia e proteção dos humildes, que terão consciência cada vez maior de sua força.” “Iremos para o regime social das organizações sindicais. O trabalhador terá amparados, por lei e de fato, os seus direitos em face do capital. Já estão lançadas as fundações do nosso novo edifício social. No século XX, as fórmulas políticas (quero dizer as fórmulas meramente políticas) têm sentido arcaico: o que interessa às massas é a equação social do século. Entendo que, nos nossos tempos, ninguém tem o direito de ocupar a atenção do povo com meras questiúnculas políticas,

das quais o povo se desinteressa. O que o povo quer saber, nos nossos dias, é qual a orientação social dos que pretendem dirigi-los. Tudo mais é velharia, é ranço dos tempos.”

DIVERGIAM AS OPINIÕES

As opiniões dos homens públicos e das figuras eminentes de 1930 divergiam sobre o futuro do Brasil. Em meio ao nevoeiro de então, que o crescendo das críticas contundentes não clareava, uma ou outra luz aparecia com a sugestão de um caminho certo a seguir. É o caso de Lindolfo Collor, que, juntando a palavra à ação, indicou a democracia social como o regime a ser adotado, depois de implantar, durante um único ano em que foi Ministro, a legislação trabalhista, que deu conteúdo social à revolução de 1930 mas não se completou na medida das exigências dos novos tempos.

HOJE

E hoje? Para onde vai o Brasil? Sabemos todos que, até 1930, o voto era a descoberto, e, como tal, não assegurava ao eleitor a independência e a liberdade necessárias para a escolha da representação política. A Constituição de 1934 consagrou o voto secreto e universal, do que se valeu a demagogia para confundir o eleitorado inexperiente. O salário mínimo real, por exemplo, cada vez se distanciava mais do salário mínimo nominal, que se ampliava, ampliando-se ao mesmo tempo a inflação, e esta fazia sempre crescerem os preços dos gêneros de primeira necessidade a níveis mais altos que a nova remuneração paga às forças de trabalho. Foi uma inflação de cerca de 100% que caminhava para 150% até o fim de 1964 que a Revolução estancou, reduzindo-a, a partir de 31 de março do mesmo ano.

INFLAÇÃO

Certo que depois de contida ano a ano, a inflação retomou alento em fins de 1973. Mas bem se lhe conhecem as causas preponderantes. Foi, entre outras, a elevação do preço do petróleo, que, vendido em 1º de setembro do ano passado a US\$ 1.85 o

barril, ou seja, cerca de Cr\$ 13,00, tem hoje seu preço aumentado até para 19 dólares, isto é, Cr\$ 140,00 o barril. Importamos, assim, a inflação, e a importamos imperativamente, porque necessitamos do petróleo, e o petróleo influi no preço de tudo, tanto dizer petróleo é dizer transporte, e nada se vende sem se transportar.

A inflação agrava os problemas de todas as nações, especialmente das menos desenvolvidas, — problemas econômicos, financeiros, sociais, políticos — e já hoje não é local mas universal.

Ante, portanto, quadro assim desalentador, torna-se evidentemente mais difícil a resposta à pergunta de para onde vai o Brasil?

NAS NAÇÕES UNIDAS

Estive no ano passado nas Nações Unidas, integrando a Delegação Brasileira, como representante do Senado à XXVIII Assembléia-Geral, e assisti a reuniões em que grandes e pequenas Nações debateram problemas realmente de sobrevivência. Hoje, o subdesenvolvimento não afeta apenas os países pobres mas também os ricos, porque a fome que se expande é vulcão que repercute e abala o mundo todo. A segurança política não se garante sem a segurança econômica e a segurança econômica não se alcança sem que aos mais fracos ajudem os países mais poderosos.

São grandes as dificuldades que o Brasil encontra para solucionar os seus problemas, e é impressionante como nos mantemos em paz nestas circunstâncias e num mundo convulsionado e intranquilo.

Mas a realidade é que vamos crescendo a taxas excepcionais de desenvolvimento, e já se cuida de encontrar um modelo político que nos assegure o aperfeiçoamento do processo democrático. O Sr. Paulo Egydio Martins, futuro Governador de São Paulo, declarou que seu Estado, que tanto avançou no campo econômico, há de complementar seu desenvolvimento com a formulação de um modelo político que convenha ao povo brasileiro.

DEMOCRACIA

Outros líderes já falaram a propósito do assunto. As soluções diferem das sugeridas pelos entrevistados de 1933, todas, contudo, classificadas como democráticas. A democracia não precisa de adjetivos para ser democracia. Ela é ou não é democracia. Não nos esqueçamos de que a Democracia na Grécia, tida como perfeita, se baseava na escravidão, e a democracia liberal concede a todos, como já disse, o pleno direito de irem ao cinema mas não lhes assegura com que pagar a entrada. Para Churchill, o regime democrático era o pior dos regimes mas não se inventara ainda outro melhor do que ele.

Ralph Turner dá, por seu lado, esta definição de democracia:

“É o direito do indivíduo de compartilhar das decisões que afetam sua vida. E é também a oportunidade de ele compartilhar da execução dessas decisões.”

Democracia é, portanto, a participação, a responsabilidade de todos os cidadãos na condução da coisa pública, no governo da comunidade, através do voto que elege e dá autoridade aos representantes do povo.

JUSTIÇA SOCIAL

Com tal responsabilidade, procuramos exprimir os anseios de redenção social dentro da liberdade, empenhados em restituir a fé aos desassistidos e desesperados ou revoltados. Lutamos contra qualquer modalidade de injustiça, que promove a tirania e a escravidão. Somos pela primazia dos direitos da pessoa humana. Quer dizer: combatemos a vida cara e a fome, não nos restringindo apenas aos protestos verbais, porque o Governo que apoiamos age determinadamente contra a alta dos preços.

A justiça social dentro da liberdade é a nossa bandeira. Desejamos o progresso, com a transformação social pacífica, democraticamente. As leis mais recentes, reguladoras do processo eleitoral, comprovam que nós queremos que todos os cidadãos tenham efetivamente possibilidade de conquistar o poder polí-

tico. E, de outro lado, a ação do Governo Revolucionário é toda ela no sentido de que todos tenham acesso a uma vida com dignidade, em um mundo melhor, justo e humano.

MENSAGEM DE FÉ

Nossa mensagem é de fé na democracia e de luta pelo respeito à dignidade da pessoa humana, aos seus direitos essenciais que, concedidos por Deus, entendemos devam ser assegurados pelo Estado. Lutamos em favor do desenvolvimento global, assegurador de maiores oportunidades para o maior número.

Consideramos que, pobres ou ricos, todos somos criaturas do mesmo Deus, merecedoras, portanto, do melhor apreço.

Lembramos a propósito aquela passagem do Evangelho de São João, em que os discípulos interrogam a Jesus:

“És o Messias, o centro da História do mundo, o anunciado há séculos? Ou és apenas um elo da imensa cadeia que anuncia o Messias? És tu o Messias?”

E Jesus responde:

“Dizei ao vosso Mestre — e a estas palavras ele me reconhecerá, saberá que sou o Messias — que todos os desgraçados serão socorridos e amados, e que os pobres me receberão com alegria.”

Lutamos contra a miséria, a doença, a fome, o desemprego, o subemprego, o emprego aparente, produtos do atraso e do subdesenvolvimento. A aceleração do progresso do Brasil, nestes últimos anos, demonstra que a meta é fundamentalmente o bem comum, ligado o progresso econômico ao progresso moral. O crédito de confiança com que o povo nos distingue resulta da nossa fidelidade às aspirações coletivas.

AOS JOVENS

Senhores Senadores:

Se a democracia é participação e responsabilidade e se o Brasil tem em sua população mais de 50% de jovens de menos de 20 anos, concluímos que aos jovens compete traçar-lhe o

futuro. O bravo Aliomar Baleeiro, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal e ontem um dos mais altos valores do Parlamento nacional, assim se expressou a respeito:

“Um Brasil novo e melhor não será obra de improvisação em um dia ou um ano. Dependerá mais dos jovens do que de minha geração. Qualquer que venha ele a ser, o mais fecundo que se poderá realizar neste momento é tarefa paciente e devotada de formação dos futuros líderes, talvez a mais realística e socialmente importante das Universidades.”

Não são apenas o entusiasmo e o vigor dos moços que lhes dão a condição de construtores do futuro. É na época atual o seu amadurecimento para ver claro e assumir as responsabilidades do Brasil Novo, do Brasil Grande, do Brasil Gente, forrados os jovens de espírito público, de inteligência criadora e de sentimento de missão. A participação deles no bom combate e o conseqüente estímulo que sua ação construtiva represente infundem em todos nós, homens de diferentes gerações, mais confiança e fé para o exato desempenho das árduas tarefas que nos cabem neste momento histórico.



DEVERES DO JORNALISTA

Sr. Presidente: (*)

Tinha eu de 15 para 16 anos quando Carvalho Veras, velho e conceituado jornalista alagoano, mudando-se de Maceió, deixou vago o lugar de representante em Alagoas de **O Estado de S. Paulo**. Informado do fato, animei-me a escrever a Ricardo Figueiredo, então gerente da empresa, candidatando-me à sua representação em Alagoas, e pouco depois recebia resposta afirmativa ao que propusera.

Começaram aí minhas relações com o grande jornal. Sem dinheiro para comprar livros, nele encontrava muito da leitura que me nutria e, ampliando-lhe o número de assinantes, consegui parte dos recursos com que pagar meus estudos e preparar-me para, concluídos os exames preparatórios, deixar Maceió e ir tentar a vida e estudar Direito no Rio de Janeiro.

Estávamos por volta de 1927, e bem me recordo do número de **O Estado** em que se noticiava o falecimento de Júlio Mesquita e a ascensão ao posto de Diretor de Júlio de Mesquita Filho.

Em 1930 transferi-me para o Rio e, em 1933, como repórter dos **Diários Associados**, era encarregado de entrevistar Armando de Salles Oliveira, cunhado de Júlio, na antiga Capital Federal, onde fora ele a chamado do Presidente Getúlio Vargas, que então o convidara para Interventor em São Paulo. Nasceu daí, entre o grande paulista e o repórter, duradoura amizade que se estendeu depois a Júlio de Mesquita Filho, também grande amigo do ex-Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, com cuja filha viria eu a consorciar-me em 1939.

Srs. Senadores: Escusem-me V. Ex^{as} por me permitir tais recordações quando aqui estou para festejar o centenário, trans-

(*) Discurso pronunciado no Senado Federal, em Brasília, na Sessão de 5 de março de 1975.

corrido há dois meses, de **O Estado de S. Paulo**, orgulho da Imprensa brasileira, latino-americana e mundial, que nada fica a dever ao famoso **New York Times**. Relembro, porém, esses fatos para acentuar quanto lhe sou grato e quanto aprendi com o grande diário, cuja leitura me levou ao conhecimento de assuntos os mais diversos, alargando minha curiosidade intelectual e mantendo-me contato com o Brasil e o Mundo. Testemunhei, por outro lado, o respeito à responsabilidade que assume quem é distinguido pela confiança pública. Nas páginas editoriais de **O Estado**, habituei-me a observar não apenas o exercício do direito à liberdade de expressão e de crítica, mas também o cumprimento do dever de corresponder à grandeza desse direito através da consideração pela verdade e sob o domínio da consciência.

Desde então leio o admirável jornal paulista e o encontro sempre coerente e bravo na defesa dos valores e ideais que lhe deram vida.

EXPERIÊNCIA ÚTIL

Possuo, Sr. Presidente, há mais de 20 anos um jornal em Maceió, e no exemplo de **O Estado** nos miramos para mantê-lo sempre à altura de sua missão. Meu filho mais moço, hoje com 22 anos, que dirige a nossa emissora de TV, atualmente em construção na capital alagoana, serviu aos 15 anos como repórter de **O Estado**, na redação de sua sucursal de Brasília, então dirigida por Evandro Carlos de Andrade e hoje por Carlos Chagas, e depois na sucursal do Rio, quando sob a direção de Fernando Pedreira. Seu irmão mais velho, que superintende a **Gazeta de Alagoas**, levou para o nosso jornal o serviço de notícias da Agência **Estado**.

Orientado por jovens que hauriram experiência no grande diário, acompanham-lhe atentamente a trajetória e lhe dedicam o melhor apreço, nosso matutino serve bem ao povo alagoano, fornecendo-lhe informações instantâneas dos acontecimentos de todo o mundo e reportagens fotográficas que nos enviam pelo Rádio a Agência JB e a UPI.

O JORNALISTA

Srs. Senadores:

Ingressando aos quatorze anos no jornalismo, e no Rio, exercendo a profissão de repórter político, recordo com saudade esses velhos tempos que me marcaram para a vida toda. Ao falar do triunfo de **O Estado de S. Paulo**, que chega aos cem anos iluminado pelo mesmo idealismo em que se alicerçaram seus começos, parece-me que tenho direito às desculpas de V. Ex^{as} se me demoro no referir os embates dos homens de jornal para bem desempenharem suas tarefas.

Não há dúvida de que a Imprensa constitui o Quarto Poder, como lídima expressão da opinião pública. Diz bem, entretanto, Júlio de Mesquita Neto que, para investir-se em tão alta posição, há o jornal de adotar padrões de comportamento que lhe retirem como que a condição de propriedade de alguém para fazê-lo servo da comunidade. A incontestável influência dele lhe atribui, realmente, excepcional responsabilidade, que não se situa apenas no editorial ou comentário em que opina, ataca ou defende, mas na própria informação que divulga, e até na maneira de apresentá-la.

ISENÇÃO

Dentro de tal contexto, impõe-se-lhe, ao jornal, a isenção, não se prendendo suas posições a pessoas senão na medida em que estas se ligam a problemas gerais. Não se arroga o jornalista ao direito de noticiar e apreciar fatos e personagens de acordo com os seus sentimentos próprios e sim na base puramente do interesse coletivo. Paixões individuais não contam para suas atitudes, antes inspiradas pela opinião coletiva, homem público que é. Amizades ou inimizades, simpatias ou antipatias, compatibilidades ou incompatibilidades, preferências ou aversões somem face aos princípios e ideais que dão força e autoridade ao Quarto Poder.

DEVERES

Mas o dever do jornal não está apenas em divulgar informações ou comentar fatos notórios. Cumpre-lhe ainda captar o

que se oculta, exprimir protestos anônimos, justas reivindicações irreveladas, anseios obscuros e angústias ainda não sobrevividas à luz do dia, ainda não ofuscante; cumpre-lhe, enfim, interpretar vontades, aspirações e sentimentos da maioria silenciosa, com o que proporciona, aos responsáveis pelo bem coletivo, elementos da realidade que lhes clareiam os caminhos e os habilitam a agir com segurança, corrigindo erros ou perseverando nos acertos.

Com isso, estimula a Imprensa a grandeza dos homens de governo, cuja maturidade se mede pela capacidade de aceitarem as críticas mesmo quando mais ácido se torna o jornalista no comentar palavras que eles dizem, projetos que fazem ou ações que praticam não bem vistos ou acolhidos pela comunidade. Pode parecer-lhes, aos governos, injusta e desarrazoada a crítica, ou melhor, pode ser-lhes incômodo o exercício da liberdade de opinar, quando lhes contraria os desejos. E tanto mais quanto no Poder vezes há em que os homens como que se divinizam, consideram-se intocáveis e imunes a reparos, fazendo ouvidos de mercador àquela sábia lição de São Paulo, na sua primeira epístola aos coríntios: “Quando estiveres de pé, toma cuidado porque podes cair”. Preferem, em última análise, o monólogo estéril ao diálogo construtivo e criador, e recusam-se a aceitar as inspirações da opinião pública que lhes leva o jornalista. Cheios de confiança na onisciência do Poder, deslembram-se de que vivemos num mundo cheio de graves e intrincados problemas de toda ordem, cuja solução exige a colaboração e participação do maior número.

VELHAS IDÉIAS

Assim já pensava eu quando me foi dada a fortuna de governar meu Estado de Alagoas. “Realizaria mais o Poder Público — dizia então — sem o acicate da crítica?” Evidentemente a crítica influi de maneira decisiva no êxito dos governos. Se o escritor e o artista precisam de liberdade para trazer à luz as suas criações, o homem de governo, para o cumprimento de suas tarefas, necessita não somente de sua própria liberdade, mas

também da cooperação da liberdade dos outros, pois exatamente no debate das idéias e na apreciação das ações se apura e define o bem geral. Quando o governo não realiza dentro da liberdade é porque lhe falta poder criador, tanto como se, para manter-se, recorre à exhibição da força material, é porque lhe falta autoridade moral.”

FORTALECE O GOVERNO

Em verdade, o jornal, independente e livre, fortalece os homens de governo, porque, além de abrir-lhes os horizontes com o mostrar-lhes a realidade nua e crua, que sem ele não veriam, ou não a veriam nas suas exatas proporções, alimenta, ao mesmo tempo, a esperança do povo na solução dos seus problemas, com o que o afasta do desespero e impede que se criem correntes subterrâneas de revolta comprometedoras da estabilidade política e da tranqüilidade social. Aquieta-se o povo na esperança de melhores dias e na crença de que, denunciados pela Imprensa livre, não serão cometidos erros nefastos nem muito menos terão bom êxito maquinações contrárias aos interesses gerais, à liberdade e à dignidade humana. Cavour, que governou a Itália por nove anos, no século passado, dizia preferir o tumulto das Câmaras dos Deputados ao silêncio das anticâmaras. “Nada de estado de sítio, nada de procedimento de governos absolutos. Todo mundo sabe governar com estado de sítio. Eu os governarei com a liberdade” — declarava o estadista italiano.

VERDADE

E não se lhe pode pedir, ao jornal, a omissão ou distorção dos fatos para apagá-los ou obscurecê-los, pois que ele tem graves deveres a cumprir. Compete-lhe publicar a informação, expor a realidade, seja ela de cores carregadas ou não, mesmo que a alguns não agrade. E se os fatos que noticia não constituem apenas crimes individuais e sim também coletivos, aumentam, então, os riscos para a sociedade, como cresce, para o jornal, a responsabilidade de divulgá-los. Culpa alguma lhe cabe, aliás, por isso, visto que, além de não haver produzido os acontecimentos noticiados, não pode evidentemente o jornalista, só para

ser amável, trair princípios e compromissos para com a comunidade.

Já se foi o tempo do Profeta Isaías, a quem os judeus pediam: "Diga-nos coisas agradáveis. Engane-nos com mentiras agradáveis..." A mentira pode ser agradável, mas não resolve problemas nem tem, afinal, duração. Dizia o nosso velho Assis Brasil que os homens devem ser enganados com a verdade. Só a verdade, realmente, é duradoura e eterna, e a ela a Imprensa se obriga a servir na sua condição de Quarto Poder.

Difícil, espinhosa e perigosa tarefa é essa, sobretudo quando conhecemos o inconformismo e a revolta dos faltosos ante a divulgação de seus erros.

NÃO É FÁCIL

Não é fácil, realmente, para o jornal, tal proceder. Apelos, pressões e imposições, ameaças e violências, tudo isso são obstáculos que se lhe antepõem e fazem parte do seu dia a dia, como que lhe testando o sentimento de missão. Mas sua responsabilidade, tanto maior quanto maiores forem a sua projeção e credibilidade, lhe dá a coragem necessária para resistir a apelos, reagir a pressões e enfrentar perigos de qualquer espécie. E a coragem, já dizia Péricles no seu discurso aos atenienses, é o fundamento da liberdade.

Por manter-se sempre fiel aos seus princípios e ideais, **O Estado de S. Paulo** travou lutas terríveis e chegou mesmo a ser tomado por cinco anos de seus legítimos proprietários. Impávido e destemido, porém, sobreviveu incólume aos temporais, e conseguiu festejar agora o seu centenário em meio ao respeito e ao apreço dos brasileiros.

A VITÓRIA DO "ESTADO"

Srs. Senadores:

A vitória de **O Estado de S. Paulo** é a de todos nós, porque é a vitória da liberdade e da verdade, feita de riscos e de dores que todos sentimos e sofremos.

Os homens políticos, intérpretes do povo, têm no jornal uma trincheira de combate. “Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-las.” Ao escrever tal fase, exprimia Voltaire a linha de conduta do jornal consciente de sua responsabilidade, como órgão de comunicação, promotor da divulgação dos acontecimentos e do debate das idéias.

Fundado para condenar a escravidão e defender a República, alcançou **O Estado** as suas metas logo quinze anos depois. E de lá para cá tem se batido pelo direito à liberdade, sempre indócil quando, em determinadas fases de nossa história, ele é negado. Mas, ao atingir seu centenário, vê, em sua própria casa, o triunfo da liberdade, ao livrar-se de recorrer a Camões e a outros grandes poetas para preencher os espaços vazios de matérias antes vetadas pela censura.

LIBERDADE

Não nos esqueçamos, entretanto, de que a liberdade e a verdade não são valores estáticos mas dinâmicos, cuja permanência pede trabalho e defesa a cada minuto, pede a “eterna vigilância”. A liberdade encandeia e euforiza quantos a usufruem, que às vezes pecam pelos excessos e assim abrem os flancos aos inimigos dela. Por outro lado, a verdade dói mais que a mentira, sobretudo em quem procura ocultá-la e dispõe do Poder. Bem sabemos que os homens, com as suas forças e as suas fraquezas, nem sempre estão a serviço dela e que o medo, que gera a insegurança mesmo entre os poderosos, lhes promove a negação. Vale repetir que o próprio ditador nasce da liberdade, nasce da necessidade que ele sente de absorver a liberdade dos outros. A História do Brasil e do Mundo está cheia de exemplos em que a liberdade e a verdade temidas são violentadas, combatidas pela força. Não há, porém, razão para desespero, porque, como ressalta Maritain, a noite, por mais profunda, não impedirá jamais que surja o alvorecer.

Justifica-se, portanto, o otimismo dos que amam a liberdade, sobretudo quando contam com lutadores como os de **O Es-**

tado de S. Paulo, homens públicos autênticos, como são os verdadeiros jornalistas. Nossa homenagem ao órgão centenário, curtido e sofrido nas lutas pela liberdade e pela verdade, está exatamente na solene reafirmação de que nós lutaremos também noite e dia para que elas continuem sendo realidades no nosso mundo convulsionado pelas paixões dos homens e pelos problemas da humanidade.

NOVO DICIONÁRIO DE AURÉLIO

Sr. Presidente: (*)

Guardo na memória o dia em que o vi pela primeira vez — a Aurélio Buarque de Hollanda —, entrando na sala de aulas do Ginásio Adriano Jorge, de Maceió, nos começos de 1923: rosto vermelho como pimentão maduro, impetuoso, com ares dominadores, de quem não vê obstáculos à frente. Menino recém-chegado de Porto Calvo, nascido em Passo de Camaragibe e crescido em Porto de Pedras, no Norte do Estado, parecia indomável, e a família decidira submetê-lo aos rigores disciplinares de um colégio da Capital do Estado.

Com a minha transferência no ano seguinte para o Ginásio de Maceió, só vim a reencontrar Aurélio tempos depois, nos idos de 1928, agora como integrante do Grêmio Literário Guimarães Passos, fundado por verdes jovens amadores da literatura. Já andava ele, então, às voltas com deveres de professor de Português do Orfanato São Domingos, e freqüentava, muito amigo, o moço Valdemar Cavalcanti, que, cronista do jornal católico da cidade, surgia independente dos padrões consagrados, tal revolucionário das letras, a investir, furibundo, contra velhos ídolos literários, aos quais, em estilo saboroso e livre, fustigava como inócuos e vazios, obsoletos e ultrapassados. Semanalmente, à boca da noite, nós nos reuníamos no Guimarães Passos, sediado na acolhedora residência e sob a suave batuta do Presidente Manuel Diégues Júnior, que aliciava para a República das letras os companheiros de geração, entre eles também Raul Lima, Aloysio Branco, Mendonça Júnior.

(*) Discurso pronunciado no Senado Federal, em Brasília, no dia 8 de abril de 1975.

JOSÉ LINS DO REGO

Pouco antes, desembarcava em Maceió José Lins do Rego como novo fiscal de Bancos mas decididamente avesso aos conhecimentos bancários, pois todo voltado para as coisas da Literatura. Logo se tornou amigo do poeta Jorge de Lima, o parnasiano dos “XIV Alexandrinos”, bem como de todos nós, jovens intelectuais da época, e rápido a todos desviou do soneto bem metrificado para os versos soltos do Modernismo. Daí surgiram **O Mundo do Menino Impossível** e **Essa Nêga Fulô**, de Jorge de Lima.

NO RIO

Novamente encontrei Aurélio mais tarde, já então no Rio de Janeiro, para onde se mudara em busca de meio maior em que melhor se lhe expandissem e afirmassem as qualidades. Na então Capital Federal, foi, por convite de Dario de Almeida Magalhães e Octávio Tarquínio de Souza, secretariar a **Revista do Brasil**, editada pelos Diários Associados, e, convidado pelo poeta Manuel Bandeira, passou também a integrar com ele a equipe responsável pelo **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**, a cuja revisão se dedicou da 3ª à 9ª edição.

Poucos anos decorridos, surge, editado por José Olympio, o contista Aurélio Buarque de Hollanda, escritor admirável, estilo apurado, forma escorreita, todo certinho, obediente à gramática, à rigidez das suas regras e normas, disciplinado, muito diferente daquele rapaz recém-chegado de Porto de Pedras.

“DOIS MUNDOS”

Ao ensejo do lançamento do livro de contos de Aurélio — “Dois Mundos” —, em 1942, eis como a ele se refere José Lins do Rego:

“Conheço-o desde menino. Vi-o fazer-se homem decorando poemas de Antônio Nobre, como mestre-escola

de um orfanato. Senti-lhe a quentura da alma, os entusiasmos, as tristezas, as grandes alegrias. Sinto-me com parte de irmão na sua vitória. Relendo os seus contos, eu o vejo na profundidade de sua alma, o loiro rapaz, sempre às carreiras, sempre atrasado, uma natureza transbordante de vida, de poesia.”

E ainda, no mesmo artigo:

“Como em Manuel Bandeira, como em Paul Valéry, a gramática não sugou de Aurélio os seus sumos poéticos. Pelo contrário, Aurélio é dos que levam a gramática para a poesia, porque faz da gramática um instrumento de vida. Por isto, a forma do mestre de Português é tão íntima da criação popular.”

DICIONARISTA

O sucesso de **Dois Mundos** não o inebriou, não arrancou Aurélio dos seus esforços de dicionarista. Ao longo dos anos, vêmo-lo permanentemente às voltas com autores clássicos e modernos, com homens do povo e homens de letras, a catar palavras, a registrar vocábulos, a fixar termos populares, tomando nota de tudo com paciência e tenacidade, que lhe são proverbiais. Nos livros que lê, encontram-se as observações e os sinais do dicionarista que não esquece nem se descuida do seu trabalho.

Com invulgar capacidade de ser útil, esmera-se, ao mesmo tempo, em rever provas de livros de amigos, os quais, recebendo a contribuição generosa do seu bom gosto literário, dele saem a bem dizer obra nova. É agora o Mestre, título que lhe foi conferido há muitos anos não se sabe por quem ou mais propriamente — vamos usar a palavra da moda — pelo consenso dos que com ele privam e que se lhe ajustou como uma luva, mercê não só dos seus conhecimentos da Língua Portuguesa como dos seus merecimentos de criatura humana, sempre cooperativo, aliciante, com a vocação de transmitir ao próximo o

seu saber, valorizado pela experiência do professor e pela inteligência arguta do homem de espírito.

Ter o livro lido por Mestre Aurélio antes de publicado já é meio caminho andado para o bom sucesso. Sabe-se que a sua franqueza quase rude não deixa passar gato por lebre. Recordo que reviu com entusiasmo **Vila dos Confins**, o romance de estréia de Mário Palmério. E recordo produções literárias que não vieram a lume porque Aurélio, lendo-as, logo as condenou:

— Não presta. Não vale nada mesmo.

Não dizia isso com a secura e a gravidade costumeiras em Graciliano Ramos. Suas sentenças condenatórias eram sublinhadas pelo sorriso amigo e ao autor transmitiam mais confiança no futuro, animavam-no a novas tentativas. Mas seu caráter e seu amor à Língua Portuguesa o faziam inflexível na defesa dela e, como que dominado por um dever de consciência, não admitia que se cometesse qualquer afronta aos seus ditames. Como se vivesse sempre a dar aulas, conversa com a gente sem se deslembrar da boa forma, que observa nas suas próprias palavras, e não dispensa nas do interlocutor.

Enfim, de aluno desabusado, Aurélio passou a Mestre consumado, e com autoridade para convocar e conquistar a simpatia e a submissão de todos às exigências das regras da Gramática Portuguesa.

WEBSTER

O respeito e o apreço de Aurélio pelo vernáculo, a seriedade com que de todo se devota ao seu estudo, o senso de responsabilidade que o caracteriza fazem-me lembrar episódio que se diz ocorrido com Webster, o grande lexicógrafo inglês. Certo dia, ao abrir, inesperadamente, a porta do seu gabinete de trabalho, a esposa o encontra em atitude sobremaneira amistosa com uma das jovens de sua equipe de colaboradores.

— Webster! — exclama, estupefata e revoltada, a velha inglesa — estou surpreendida!

Sobrepondo-se à situação de faltoso colhido em flagrante, Webster deixa-se antes dominar pela sua responsabilidade de filólogo:

— Você não está surpreendida, você está surpresa. Eu é que fui surpreendido.

“NOVO AURÉLIO”

Rolam os anos, e aparece agora o **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, o Novo Aurélio. Prometido há tanto tempo, esperado com ansiedade, lança-o a Editora Nova Fronteira, por iniciativa de Carlos Lacerda, que, afastado das lides políticas, se dedica hoje a empreendimentos empresariais diversos, entre eles o de editar livros.

Conhecendo Aurélio, sempre à procura do melhor, sempre querendo alcançar o mais que perfeito — com aquela sua “preocupação, quase doentia, de síntese” por ele mesmo destacada no prefácio da 2ª edição de **Dois Mundos** —, anoto-lhe, supreso e surpreendido, a inusitada decisão de acelerar o lançamento do seu dicionário. E ele me conta por que o fez:

— Carlos Lacerda telefonou-me, foi lá em casa e me fez proposta para editar o dicionário. Assumi compromisso com ele e não lhe pude faltar. A equipe de colaboradores que reuni, animados por Marina (sua esposa), me deu forças para cumprir a palavra empenhada.

LÍNGUA DO POVO

Srs. Senadores:

O **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** é obra de uma vida inteira vivida com dignidade e seriedade, a serviço da cultura brasileira.

É obra de paciência e tenacidade, de trabalho permanente e infatigável, alicerçado no gosto pela pesquisa e pelo estudo, no empenho de aperfeiçoamento, no amor ao idioma.

É obra de inteligência e cultura, que não se desvincula das nossas raízes clássicas, não investe contra a “filiação dos tempos”, a que se referia Machado de Assis. Respeita a tradição mas não desconhece as afirmações do presente, acolhendo de bom grado as criações dos dias atuais rejuvenescedoras do idioma. Se a língua se desenvolve como o ser humano, não é possível pará-la, como não é possível parar o tempo. Seria naturalmente a estagnação, vale dizer a morte, e não quer isso o povo, que é sua fonte. Anota, a esse propósito, Gilberto Freyre:

“É a massa, o povo, a província, a região, a aldeia, o próprio analfabeto que dá força aos idiomas, que lhes dá viço, saúde, turbulência, diversidade, tudo que numa língua se opõe aos excessos de graça ou de arte, de estilo, de uniformização de pronúncia, segundo padrões acadêmicos, de refinamento de frase.”

Citando George Borrow, para quem na Espanha a língua do povo era superior à literatura, Gilberto Freyre ressalta que ele exprimiu também uma realidade brasileira. E acrescenta:

“Passei mais de dois anos a ler principalmente anúncios de jornais nas velhas gazetas brasileiras do século XIX: anúncios que são como a própria gente de outrora a falar, a gritar, a praguejar, a queixar-se, às vezes até a pensar alto, na sua voz de todos os dias, na sua língua crua e natural, sem literatura nem latim. E cheguei à conclusão de que tais anúncios representam, entre nós, do ponto de vista do desenvolvimento da Língua Portuguesa no Brasil, uma tradição superior à dos anais do Parlamento, à da frase dos sermões, à do estilo da maioria dos poetas e romancistas da mesma época.”

ESCLARECIMENTO

Assim também o compreende Aurélio, que informa no prefácio do seu Dicionário:

“Pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular,

atualizado, atento não só à língua dos escritores — muito especialmente os modernos, mas sem desprezo, que seria pueril, dos clássicos — senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos — regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, giriescos. . .

“Entre os autores, dos mais desvairados gêneros, figuram com certa freqüência os cronistas, por se mostrarem, em maior ou menor grau, bons espelhos da língua viva. Nem foi esquecida outra classe de autores: a dos letristas de sambas, marchas, canções que, além de captarem a criação lingüística popular, não raro são, ainda por cima, criadores, inventores de palavras.

“Injusto seria deixar de recorrer aos comentaristas políticos, econômicos etc., aos repórteres, aos noticiaristas — desde os mais qualificados colaboradores de várias espécies de jornais e revistas, até aos mais modestos, aos focas anônimos, aos que fazem a cozinha da profissão.

“Dessas diversas fontes brotaram muitas das palavras deste dicionário. Brotaram, ou se enriqueceram de acepções ou abonações.”

LÍNGUA BRASILEIRA

Procuro no dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda novas palavras, criadas para exprimir os nossos sentimentos, as nossas emoções, as nossas coisas dos trópicos, e as encontro. Como o minerador, Aurélio — repita-se — andou em busca delas, e as incorporou ao seu léxico, modernizando-o, para que ele não se tornasse apenas um repositório do clássico, do passado, e fosse também válido instrumento de comunicação, cheio de vida, que ligasse passado e presente e nos aproximasse a todos, elites e povo.

Isso mesmo fizeram os jesuítas com o seu dicionário de língua geral, especialmente para tornar possível, para facilitar o entendimento entre colonizadores e colonizados, a estes levando língua mais rica e mais adequada às expressões do meio e da criatura humana que nele vive.

Aliás, já que tocamos no assunto, lembre-se que o tupi não tinha regras nem mesmo algumas vogais ou consoantes. Como anotou Pero de Magalhães Gandavo até lhe faltavam letras. F, L e R não existiam nele. “Coisa digna de espanto, porque assim os gentios não têm Fé, nem Lei nem Rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente” — ressaltou o cronista. O Padre Vieira chegava a colocar o ouvido na boca dos índios para ver se ouvia vogais e consoantes nas sílabas e palavras que pronunciavam.

O Sr. Leite Chaves (MDB-Paraná) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO (ARENA-Alagoas) — Pois não, nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (MDB-Paraná) — Nós, da Oposição, nos associamos a essa homenagem. Recentemente, comprei o dicionário do Mestre Aurélio, e digo a V. Ex^a: se, até a semana passada, eu considerava o de Moraes o grande dicionário da Língua Portuguesa, confesso hoje que para mim o novo dicionário do ilustre filólogo alagoano passou a marcar época na lexicografia brasileira. A homenagem é de todo justa, e V. Ex^a pode contar para ela com o apoio integral da Bancada do MDB nesta Casa.

O SR. ARNON DE MELLO (ARENA-Alagoas) — Muito obrigado, nobre Senador.

CANDANGO

O povo está realmente no Novo Dicionário de Aurélio, que não lhe dispensou a participação, mesmo quando ele empresta às palavras sentido oposto ao de suas origens etimológicas. Con-

sidera também Aurélio que “o povo é que faz a língua e, quando uma palavra se torna popular, não há razão para não ser oficializada”.

Citem-se, a esse respeito, dois vocábulos apenas, para mostrar o comportamento de Aurélio em face da autoridade do povo na formação do idioma, ou melhor, no atribuir significado às palavras.

A primeira seria “candango”, já que nos encontramos em Brasília, e Brasília, que trouxe a vida para estes cerrados inóspitos, deu-lhe, àquele vocábulo, nova vida também.

De onde nos chegou mesmo ele? Com a palavra, em primeiro lugar, Antenor Nascentes, que, em seu livro **A Gíria Brasileira**, pontifica:

“Este vocábulo só se aplica a condenados ou a europeus de baixa condição. João de Pinho explica como veio a aplicar-se aos portugueses. Querendo os hóspedes portugueses da rainha Jinga-Banda persegui-la para se aposarem das suas terras, disse ela: Kingundu (candango) vieram tomar a minha terra sem crime, sem causa.”

Vale Cabral recolheu a palavra, segundo imagina Nascentes, “da boca de escravos africanos, nas fazendas fluminenses”. E Aires da Mata Machado conclui: “Assim, o nome, que na África se aplicou a condenados ou a europeus de baixa condição e depois aos portugueses, alcançou, no Brasil, a mesma extensão de sentido, inicialmente entre os africanos, e mais tarde veio a tornar-se o pejorativo de português na boca de toda a agente. Eu mesmo o encontrei ainda vivo, no Rio, para referências depreciativas a copeiros e serventes lusitanos, por volta de 1922” Nessa acepção abona o termo Antenor Nascentes. “Em contestação ao que aí diz esse candango” — refere-se assim Domingo de Castro a Cândido de Figueiredo, de quem não gostava.

A mudança semântica foi relativamente rápida e total, e nela influiu Brasília decisivamente. De início atribuiu-se ao vocábulo a significação de forasteiro. Em terras do Paraná,

queria dizer “o homem do campo, das colônias”. Mas a importância de Brasília foi grande e a ela coube comandar a transformação. O Sr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República, dizia-se candango, e não se pejava de exaltar a figura do candango, ou seja, o homem que construiu a nova Capital.

SIGNIFICADO

Recorro a diversos dicionários da Língua Portuguesa, e neles não acho a palavra candango. Entre os que a registram, estão o de Cândido de Figueiredo (Novo Dicionário); o de Macedo Soares (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa); o de Caldas Aulete (Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa); o de Teschauer (Novo Dicionário Nacional); a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, todos repetindo a mesma definição: “Nome com que os africanos designam o português.” Laudelino Freire acrescenta: “Gir. Tipo desprezível ou defeituoso.” A Grande Enciclopédia define-o e aduz: “Por extensão, qualquer pessoa, especialmente, indivíduo defeituoso, borra-botas, João-ninguém.” Caldas Aulete é mais completo. Além de repetir o que dizem os outros, acrescenta: “(Brasil) Indivíduo ruim, ordinário. O que tem mau gosto. (Brasília) Nome dado aos trabalhadores das grandes obras da nova Capital brasileira, de ordinário vindos do Nordeste, e, por extensão, aos primeiros habitantes de Brasília.”

Mestre Aurélio pega o vocábulo nas suas nascentes: “Candango — do quimbundo Kangundu, diminutivo de Kingundun — ruim, ordinário, vilão, por metátese ou assimilação. S. m.” E informa também que no Brasil era designação que os africanos davam aos portugueses; tinha ainda o significado em desuso — anota Aurélio — de indivíduo ruim, ordinário, com mau gosto, em Brasília dava-se o nome aos operários, geralmente vindos do Nordeste, e aos seus primeiros habitantes em geral.

Assim, a palavra mudou de significação e passou a designar, em vez de indivíduo ruim, como na sua etimologia angolosa, os heróis de Brasília, aqueles que construíram a nova Capital

do País ou foram seus primeiros habitantes. Aurélio, fixando a mudança e, aceitando-a, considerou em desuso o antigo significado. Fez-se, assim, a vontade do povo.

CURTIR

Curtir é o outro vocábulo que desejo mencionar, agora de uso muito freqüente mas com a significação bem diversa da anterior. Vem do latim **referere** e quer dizer “**desgastar pelo atrito**”. Aurélio registra também “**corretrire**”, do latim vulgar, e cita os seus numerosos significados em português. **Curte-se** o couro para preservá-lo da putrefação; **curte-se** o alimento, “pondo-o de molho em líquido adequado”; **curte-se** o ser humano, expondo-o ao “sol para torná-lo saudável”; **curte-se** a pele, queimando-a para enrijecê-la; **curte-se** o efeito da bebedeira. **Curtir** é também sofrer, padecer, suportar. À página 155 de **Páginas Recolhidas**, Machado de Assis emprega o verbo em tal sentido: “Curtindo violentas dores nevrálgicas.” Mas os tempos mudam e o povo brasileiro lhe dá nova significação, diametralmente oposta à anterior. Aurélio abre-lhe as portas do seu grande dicionário: **Curtir** — “experimentar a vivência de, em estado de curtição; **curtir** um som; **curtir** um barato; **curtir**: gozar, desfrutar, deleitar-se em; **curtir** uma festa; **curtir** uma viagem, um bom papo.” **Curtir** — “experimentar êxtase provocado por droga.”

Aproxima, assim, o Dicionário de Aurélio a língua escrita da língua falada, a esta reconhecendo condições de vivo elemento de expressão, do qual participa o povo com a sua força criadora.

PORTUGUÊS DE PORTUGAL E DO BRASIL

Seria o caso então de perguntar-se se tal realidade não nos afasta do idioma falado em Portugal.

Há anos passados, andei pelas áreas de colonização portuguesa na África, as quais me sugeriram a propósito da nossa língua numerosas observações talvez ainda válidas para os dias de hoje. Por exemplo: o Português falado em Portugal — no

Portugal metrópole — é o mesmo falado no Brasil, mas apresenta diferenças de fonética, prosódia, vocabulário, sintaxe, formas de tratamento, que o tornam às vezes incompreensível para nós, brasileiros, como o que falamos é geralmente difícil de ser entendido pelos lusitanos. Paranhos da Silva o confirma à página 26 do seu livro **O Idioma do Hodierno Portugal** comparado com o do Brasil:

“Posso assegurar que em Portugal há quem não entenda os brasileiros senão com grande esforço. Mesmo professores em Portugal têm dito a seus discípulos brasileiros que não entendem **bem** a sua maneira de falar.”

O Embaixador Araújo Jorge, antigo Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Portugal, estudioso de questões lingüísticas, considerava que o Português de Portugal guarda mais fidelidade ao Latim que o do Brasil, que dele se vai distanciando, embora o interesse que temos em manter a mesma língua, em respeitar tanto quanto possível a sua origem latina, para mais longe levar o nosso pensamento.

Antônio Sérgio, que encara o problema sob o ponto de vista biológico, acentua:

“Fraquíssima originalidade a do escritor que precisa, para poder escrever língua própria, de usar vocabulário e sintaxe diversos dos que são empregados por toda gente.”

Mas Antônio Sérgio considerou a questão de ponto de vista diferente daquele sob o qual a vêem os brasileiros.

“Nós, os escritores nacionais — dizia José de Alencar — se quisermos ser entendidos do nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende e que lhe traduzem os usos e sentimentos. Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inalienável direito de imprimir o cunho de sua individualidade ao instrumento das idéias.”

Alencar manifesta essa opinião, mas exalta a Língua Portuguesa:

“Se o Português, transferindo-se para a América, desenvolvendo-se no seio de uma natureza tão opulenta como aquela onde se enriqueceu o sânscrito, seu antepassado; se o Português nestas condições não tivesse o viço e a seiva necessária para brotar de si um novo idioma sonoro, exuberante e vigoroso, triste dele: seria uma língua exausta, votada a breve e rápida extinção.”

IDENTIFICAÇÃO

Aliás, no caso lingüístico, nós, do Brasil, apresentamos interessante particularidade, que mais nos identifica com o Português. Todas as zonas de formação lusa têm a sua língua própria ou o seu dialeto. Moçambique e Angola falam o Português, mas falam muito mais o shishuabo, o kissuahili, o quimbundo. Dir-se-á que é lógico que assim seja, pois se trata de continente já habitado quando ali aportaram os lusitanos. As ilhas de Cabo Verde, porém, eram desabitadas e, no entanto, raro é o filho do arquipélago que não se exprime comumente em “crioulo”. E isto se dá apesar da reação existente em favor de Portugal, a julgar pelo que de uma jovem ouvi à minha passagem por Santiago: “Meu pai é sargento e ralha vivamente comigo sempre que falo “crioulo”. Ele não gosta do nosso dialeto. Mas que hei de fazer se é essa a língua de todos aqui?”

A África era habitada por pretos, e em Cabo Verde não havia viv'alma antes da chegada dos lusitanos. No Brasil, porém, existiam os índios com a sua infinidade de dialetos, e outros tantos foram trazidos pelos escravos africanos. Mais do que isso: como já lembrei, os próprios jesuítas, Anchieta à frente, se encarregaram de fixar a língua geral, que ensinavam aos curumins e para a qual traduziam os cânticos religiosos. Hoje, quem aqui se exprimirá em tupi, o tupi-guarani ou o guarani, que no Paraguai é falado por tão alta porcentagem da população? A língua indígena perdeu-se ao longo dos anos com os dialetos

africanos, e ninguém pensa seriamente em ressuscitá-los. Teria tido a provisão de 1727, proibindo o seu uso, força bastante para, por si só, banir deste País o tupi?

Se a unidade de religião assegurou a nossa unidade territorial, a de língua, ainda agora tão viva, não há dúvida que lhe trouxe inestimável contribuição.

INTELLECTUAL E HOMEM PÚBLICO

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de concluir estas palavras em homenagem a um escritor dedicado estudioso do nosso idioma, estimaria dizer, como C. Wright Mills, que “o intelectual é um homem público, mesmo que não queira sê-lo”. Suas obras, não importa o campo em que exercite seu poder criador, são mensagens que dirige ao povo e que o tornam evidentemente homem público através da influência que tem sobre o presente e o futuro.

Ressalte-se, por outro lado, que “sua função específica é a cultura e a defesa da cultura”, que não só interessa a uma nação mas a todas as nações, se “se entende cultura no sentido mais amplo, como acervo histórico da humanidade, e, portanto, superior a qualquer sistema político ou contingência histórica nacional”.

Não é, por certo, o intelectual, do ponto de vista da ação e da militância, político profissional e sim ocasional, como já o disse Max Weber. Tal característica, entretanto, não lhe diminui as responsabilidades, que são grandes e graves. Embora ocasional, no que diz respeito à ação propriamente política, é permanente sua influência nos espíritos. Suas palavras a todos convocam e sensibilizam e pesam fortemente para as decisões coletivas. Não produz ele, assim, efeito puramente espasmódico, com a tenuidade e a superficialidade das emoções passageiras, mas alcança a profundidade das consciências, persuadindo-as e conquistando-as. O que desinteressadamente e com idealismo realizou ao longo dos anos dá-lhe autoridade para falar e direito para ser

seguido quando se faz necessário ouvir a sua voz. Na forma de expressão, que é arma com que luta, evidencia, ademais, sua vocação de servir.

É realmente o intelectual um servidor da coletividade, que se aperfeiçoa através de suas obras, das quais aufere conhecimentos que a aparelham para bem atuar quando for preciso. Grata aos seus ensinamentos, é a ele que ouve então, para definir-se, reconhecendo-lhe, assim, a autoridade de liderança.

Saúdo, Sr. Presidente, em Aurélio Buarque de Hollanda, um homem público que acaba de prestar excepcional serviço à cultura nacional, vale dizer ao povo brasileiro, com a publicação do seu Dicionário.

“GOVERNO CASTELLO BRANCO”

Sr. Presidente: (*)

Já aqui vozes eminentes se pronunciaram outro dia sobre o assunto de que hoje me vou ocupar. Bem sei que me excedo neste ato de audácia, porque convencido estou de que não poderei acompanhá-las, a essas vozes ilustres, no brilho com que se expressaram. Anima-me, entretanto, a observação de que todos os sons, mesmo os mais fracos e pálidos, contribuem para a produção das sinfonias, as notas musicais menos audíveis servindo à maior projeção das mais fortes.

No ano passado, Srs. Senadores, tive oportunidade de referir-me, nesta tribuna, ao primeiro volume de memórias do Marechal Juarez Távora sobre sua mocidade atormentada pelas lutas em favor da liberdade, preso e exilado ou vivendo na clandestinidade o tenente de 1922, sempre vencido no campo das armas mas nunca no plano do ideal.

Venho, neste ensejo, tratar de outro livro — anteontem à tarde, exaltado nesta Casa e, à noite, lançado no salão de honra do Congresso Nacional — o livro do nosso colega, Senador Luiz Viana Filho, em que ele alude a acontecimentos desenrolados nos bastidores do primeiro Governo da Revolução de 31 de Março de 1964. Ao contrário dos narrados por Juarez Távora, são acontecimentos verificados entre os triunfadores, porém talvez mais dolorosos para os que venceram do que os vividos pelos derrotados.

(*) Discurso pronunciado na sessão do Senado Federal de 23 de maio de 1975, em Brasília.

Pesam, evidentemente, sobremaneira, os ônus da vitória, pois os vitoriosos, despertando esperanças nos próprios desesperados, enfrentam a trágica realidade do contraste entre o infinito das necessidades e o mínimo das possibilidades com que contam os detentores do Poder. Para a opinião coletiva, o Governo geralmente pode tudo, e em verdade o Governo, que é cúpula, pode muito pouco. Surgem daí decepções e desilusões a que se juntam, decorrentes as mais das vezes de atos praticados em favor do interesse coletivo, as incompreensões e incompatibilidades, do que resultam, por outro lado, a ampliação das áreas das insatisfações e mesmo a impopularidade.

Não resta dúvida que a derrota é fonte inesgotável de ensinamentos e de dores, mas o triunfo não lhe fica atrás, porque exige do homem público, se não a conformação com a planície a que descem os vencidos e com os agravos que recebem, o senso de responsabilidade e o equilíbrio para o bom cumprimento da sua missão, tanto como a virtude cristã da paciência para suportar a amargura das injustiças que lhe são feitas. E, além disso, impõe-se-lhe a coragem, aquela “dignidade sob pressão”, da definição de Hemingway, que John Kennedy citava; a coragem, enfim, de não ter medo da impopularidade e de resistir sempre às pressões contrárias ao bem público.

O LIVRO DE LUIZ VIANA FILHO

Livro de memórias também, o de Luiz Viana não é de recordações das lutas da juventude mas dos fatos testemunhados e vividos por um homem amadurecido nos anos e nos sofrimentos, que se dispôs a contá-los, não fatos de um passado longínquo mas a bem dizer do presente, de dez anos atrás, dos começos da Revolução de 1964, ou melhor, do Governo do Marechal Castello Branco, investido pelas forças vitoriosas nas responsabilidades do Poder.

Ao lê-lo, lembro-me do velho conto do historiador que se ocupava em escrever sobre o passado quando teve a atenção despertada para um barulho em frente à sua residência. Abriu a

janela e assistiu a todas as cenas da briga entre dois grupos de pessoas que se engalfinhavam. No dia seguinte, lê os jornais e verifica, surpreso, que nenhum deles narra os fatos como realmente aconteceram.

— Se fatos de ontem — refletiu — são narrados de modo assim diverso, tão longe da verdade, imaginem os de anos há muito passados.

E deixou de ser historiador.

Não seria esse o caso, evidentemente, do Senador Luiz Viana Filho que participou dos acontecimentos relatados ou os assistiu, e a quem não falta nem inteligência, nem cultura, nem experiência. Biógrafo reputado, que já nos deu as biografias de Rio Branco, Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, quatro grandes brasileiros tão diferentes nos seus temperamentos e destinos, tinha ele em verdade condições para lançar-se, como se lançou agora, com coragem e espírito de decisão, à biografia não propriamente de um homem ou mesmo de um governo mas da própria Revolução de 1964, que pegou no seu nascedouro, em fase realmente interessantíssima da vida brasileira, os homens atuando e as coisas ocorrendo em meio a toda espécie de contradições. E, para dar-lhe maior autenticidade, Luiz Viana reuniu ainda em suas páginas um sem número de depoimentos de atores do drama que o Brasil então viveu, como que transformando o livro, numa Tribuna livre, em que eles dizem o que viram.

COMO NASCEU 64

Sabemos que o Movimento de 31 de Março veio das ruas: o povo em procissão, à frente as senhoras de rosário nas mãos, pedindo a Deus que salvasse o Brasil do despenhadeiro a que nos levaram os atos desassissados dos governantes da época, a vida encarecendo a galope e a desordem tomando conta do País.

Surge então, de repente, a notícia de que Magalhães Pinto, o pacato mineiro que governava Minas Gerais, punha em linha de combate, contra os desatinos do governo da União, a Polícia do

Estado, ao mesmo tempo que as tropas da 4ª Região Militar, sediadas em Juiz de Fora, marchavam em direção do Rio de Janeiro, sob o comando do General Olympio Mourão Filho.

O General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, que articulava metodicamente um movimento contra a desordem para fazê-lo explodir entre 3 ou 5 de abril, e lealmente reconhecia depois que “o dia D da Revolução se baseara na decisão, na ação e no impulso de Minas Gerais”, pôs as mãos na cabeça e mandou pedir ao governante mineiro recolhesse aos quartéis as suas tropas que, saídas antes do tempo, poderiam estragar-lhe os planos. Magalhães ficou firme, e as tropas continuaram sua marcha.

Rápido como um relâmpago, alastrou-se o movimento armado, todo mundo deseioso de ver o Brasil reposto na ordem e na paz. Vitorioso, reúnem-se os líderes triunfadores e escolhem e indicam Castello Branco para a Presidência da República. Ele aceita de pronto a convocação como missão a cumprir, mas lembra um obstáculo, que, a seu ver, impede a solução imediata do problema. Na Chefia da Nação se acha provisoriamente o Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, e Castelo entende, nos termos, aliás, da Constituição vigente, que só deveria ser eleito trinta dias após a verificação da vaga.

CASTELLO LEGALISTA

Um amigo meu procura-o para convencê-lo do contrário, mas o encontra intransigente. Pega o General a Constituição de 18 de setembro de 1946 e mostra-lhe o § 2º do art. 79, segundo o qual, “se as vagas de Presidente e Vice-Presidente da República ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional”. E, continuando. “Os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.”

Meu amigo bem conhece o artigo citado, e argumenta:

— A Constituição não foi feita para ser lida, mas para ser interpretada, sobretudo em hora grave como a que vivemos: o

País em clima de extrema tensão e cheio de material inflamável. Falta ao Presidente provisório condições para governar como seria mister, falta-lhe poder para agir no sentido do futuro. Só a eleição e a posse imediatas do senhor modificará tal estado de coisas, e tranqüilizará a Nação.

O argumento impressiona Castello Branco que afinal aquiesce em ser eleito, antes dos 30 dias fixados pelo dispositivo constitucional. Mantém-se, no entanto, respeitoso da lei, e convida para Ministro da Justiça, através do Governador Magalhães Pinto, a Milton Campos, que francamente confessa não ter “vocaçào para ser o braço de uma revolução”.

Castello, porém, discorda, peremptório:

— “Mas eu quero do senhor que me ajude a reimplantar a ordem jurídica.”

É o que nos conta Luiz Viana, testemunha do fato.

CONTRADIÇÕES

Não nego, Srs. Senadores, antes exalto, os extraordinários serviços prestados ao Brasil pelo Governo Castello Branco. Institucionalizou ele a Revolução num país que se debatia à beira ou já no caos, e cuidou de dar-lhe estrutura em todos os domínios, proporcionando à Nação excepcionais condições de desenvolvimento com uma série de leis e atos que lhe asseguraram a transformação pacífica sob vários aspectos.

Mas as contradições entre o seu legalismo, apoiado, aliás, por numerosos companheiros, e a realidade do momento, foram de fato terríveis. De início, defendeu que deveria completar o prazo do mandato do Presidente deposto e, como Luiz Viana relata, foi uma luta sem quartel para prorrogá-lo por mais um ano, Castello resistindo e Daniel Krieger obstinado na tese da prorrogação, constante de emenda do Senador João Agripino. De outro lado, já perempta, a Constituição de 1946 permaneceu incólume e válida até o fim do período do Primeiro Governo Revolucionário.

PERSONALIDADE DE CASTELLO

Recordo episódio bem revelador da personalidade do Marechal Castello Branco. Correligionários seus pregavam a conveniência de sua reeleição, e alguém, que estivera em Lisboa com Oliveira Salazar, divulgara estas palavras ouvidas do Chefe de Estado de Portugal a propósito da negativa do Presidente do Brasil em continuar no Governo, além dos três anos de seu mandato:

— Mas o Presidente Castello Branco talvez não tenha atendido em que nós, homens de governo, não nos pertencemos.

Referi a frase de Salazar ao Marechal Castello Branco no dia mesmo em que a imprensa a publicara, ao ser por ele recebido em audiência no Palácio das Laranjeiras. E Castello, com um sorriso malicioso:

— Já tenho a resposta para o Dr. Salazar. Direi a ele que a Nação não nos pertence.

ROTATIVIDADE DOS MANDATOS

A rotatividade do mandato presidencial — característica fundamental da democracia — é, aliás, norma que vem sendo rigorosamente seguida, desde o alvorecer da República. Também em 1890, houve a eleição indireta de dois brasileiros, por sinal que militares, grandes filhos de Alagoas, e eles cumpriram os seus mandatos sem excedê-los de um dia sequer: Deodoro, aliás, renunciou ao Poder antes de dois anos decorridos, e Floriano, que o assumiu, passou-o ao novo Presidente eleito, Prudente de Moraes, ilustre homem público paulista, em situação extremamente delicada, com a República ameaçada. Desde 1964, já tivemos quatro Presidentes e nunca nenhum deles se apegou ao Poder ou concordou com o continuismo. Castello Branco manteve-se fiel ao princípio republicano da rotatividade dos mandatos, e seus sucessores não têm tido proceder diferente.

OUTRO EPISÓDIO

Era o Marechal realmente uma figura de escol, com características muito peculiares. Lembro outro episódio que o define.

Dois dias depois de haver deixado a Presidência da República, fui visitá-lo em seu apartamento da rua Nascimento Silva, em Ipanema. Palestrava ele, então, com Luiz Viana Filho, que logo depois se despedia e nos deixava. Velho repórter, perguntei-lhe se alguma vez imaginara ser convocado à Chefia do Governo da Nação.

— Jamais imaginei tal coisa — respondeu-me. Nunca me atraíram os postos políticos, e nunca exerci mesmo senão funções estritamente militares. A primeira vez que tive minha atenção voltada para a possibilidade de vir a ser Presidente da República foi em começos de março de 1964, quando o Marechal Ademar de Queiroz me convidou para um encontro em sua casa com o Deputado Aliomar Baleeiro. Falou-me o Deputado da difícil situação do Brasil, achando que, deposto João Goulart, só se um militar assumisse a chefia do Governo, o caos seria evitado.

— E esse militar é o senhor — disse, para logo em seguida aduzir:

— Mas não é para ficar a vida toda no governo, não!

— Sorri, e despedimo-nos — conclui Castello. Fiquei com aquelas palavras do Deputado remoendo-me o cérebro. Seria mesmo eu convocado a tão árdua missão? Refleti bem sobre a minha responsabilidade e, quando o Sr. João Goulart foi apeiado do Governo, eu estava psicologicamente preparado e em condições de logo responder afirmativamente ao convite que me foi feito para assumir a Presidência da República. Seria uma missão a cumprir. O Dr. Baleeiro falara-me com franqueza, sem meios termos, e tocara-me o sentimento do dever. Eu não poderia faltar à Pátria em hora tão grave.

Admiro-lhe o bom estado de saúde, depois de um Governo de tantas preocupações, dificuldades e, friso, — por que não o dizer? — de sofrimentos.

— Mas, não — retruca o Marechal. Não acho que o Poder fatigue ou erose a saúde do governante. Saí dele como nele entrei. Sou o mesmo homem. Fui vítima, certo, de muitas injustiças, porém já esperava por elas. Nunca temi a impopularidade, e sempre pratiquei, de consciência tranqüila e disposto às reações que pudessem provocar, todos os atos que achava do meu dever.

DEFENSOR DAS INSTITUIÇÕES

Escolheram, assim, os líderes revolucionários, para Chefe do Governo, um militar eminente, exemplar defensor das instituições, marcado pelo espírito legalista. Considerava-se ele, contudo, um reformador, e vivia em constantes choques com os companheiros mais exaltados e os mais moderados para manter a orientação, que se traçara, de respeito à lei e de renovação de costumes.

Criou-se, portanto, desde logo o dissídio entre o homem político no exercício do Poder e o Chefe Militar. General do Exército, ao qual dedicou toda sua vida, não tendo jamais exercido qualquer cargo civil ou político, Castello era, no entanto, um liberal por natureza. Sabemos, por exemplo, que se tratava de um admirador de Rui Barbosa, cujas campanhas e cujos discursos o entusiasmaram na mocidade. A contradição plantava-se dentro dele mesmo, que adotara a profissão de comandar sem ser esta a sua vocação, pois se distinguiu pelo gosto do estudo, do ensino e do debate.

Se tal desencontro lhe marcara a vida, naturalmente que passaria ao seu relacionamento pessoal e político, quando Chefe da Nação. Ressaltariam, por outro lado, as divergências entre o político civil, cujo poder é temporário, limitado pelo período do mandato, e o militar, sempre de situação estável, independente das funções civis que desempenhe. Como o define o Professor Gaston Berger, em seu estudo psicossociológico, o Chefe Militar se investe no cargo de governo para servir, surpreendendo-se ao enfrentar os coléricos, que promovem as campanhas, os

apaixonados, que as organizam, e os sanguíneos, que as exploram. Não concorre com eles mas não lhes cede, como considera de seu dever, o ensejo de atuarem.

Explicam-se, assim, os atritos do dia-a-dia do primeiro governo revolucionário, e dos quais nos dá conta em seu livro Luiz Viana Filho. Castello formara o espírito na disciplina, fundamento da carreira militar. O homem político habitua-se à liberdade de debater e discordar, o que na vida da caserna quer dizer indisciplina. Assim, se o militar comanda ou é comandado, o político sente que é necessário persuadir como ser persuadido; que não pode impor mas compor, e ainda mais que não convém destruir as diferenças mas conciliá-las, tanto na variedade das opiniões é que se forma o conjunto.

GRANDE SERVIÇO

Presta Luiz Viana Filho um grande serviço ao Brasil trazendo a público fatos tão importantes acontecidos nos primeiros tempos da Revolução. Comprova-se, através de seu livro honesto, a fidelidade dos governantes de 1964 aos princípios que inspiraram o movimento vitorioso. Mas também se comprova, e largamente, como é maior que a vontade dos homens a força dos acontecimentos.

Ninguém põe em dúvida o espírito liberal do Marechal Castello Branco, e quem ler o livro de Luiz Viana se certificará do esforço sobre-humano por ele realizado no sentido da normalidade democrática.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte, Senador Arnon de Mello?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Congressista que sou, como V. Ex^a, foi uma satisfação ver no livro de Luiz Viana Filho o depoimento de um assessor do antigo Presidente americano, General Eisenhower, segundo o qual aquele presidente “preferia vencer o Congresso pela bondade a fazê-lo pela força”. E adianta Luiz Viana que este também era o procedimento do Presidente Cas-

tello Branco, o que de resto é confirmado por todos os Congressistas à época em que o falecido Marechal Castello Branco exercia a Presidência da República. Somente este, o aparte. Muito grato.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex^a pelo seu aparte, que bem ilustra o meu pronunciamento.

ARTE DO POSSÍVEL

Embora tenha sido levado a assinar o Ato Institucional nº 2, o Presidente Castello Branco deixou o País com uma nova Constituição, na qual se destaca o capítulo dos direitos e garantias individuais, que atende perfeitamente às exigências democráticas.

Infelizmente, porém, a Constituição foi, desde o seu nascimento, atacada não somente pelos oposicionistas, que não a votaram, mas por numerosos arenistas, esquecidos todos daquele capítulo de direitos e garantias individuais que a todos interessava. Numerosas foram as emendas logo apresentadas ao Congresso Nacional para reformá-la, e era o Chefe do Governo de então, o Marechal Costa e Silva, quem a defendia. Embora liberal, como seu antecessor, terminou, entretanto, assinando o Ato Institucional nº 5.

Muito se tem falado em distensão ou abertura política. O passado recente — o recordado por Luiz Viana e o mais recente, ainda — comprova que a distensão depende antes dos nossos homens públicos, sejam eles da ARENA ou do MDB.

Somos um país adulto, que festejou há pouco tempo seu sesquicentenário. Temos na nossa História exemplos edificantes para iluminar-nos os caminhos nesta fase difícil da vida nacional. Em 1822, José Bonifácio, que chegara da Europa dominado pelos ideais da Revolução Francesa, aceitou a monarquia e a escravidão para guardar a Independência. Não se diga que houve capitulação de sua parte, senão inteligência política.

E a política, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é, como sabemos, a arte do possível.

ÍNDICE

Primeiro Livro de Memórias de Juarez Távora	3
Para onde vai o Brasil	33
Deveres do Jornalista	47
Novo Dicionário de Aurélio	57
“Governo Castello Branco”	75

Senado Federal



SEN00017966



SENADO FEDERAL
CENTRO GRÁFICO